

director António Realinho

VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação trimestral
distribuição gratuita

11 edição

outubro . novembro . dezembro

'08



Parceiros e Parcerias para o Desenvolvimento da **BIS**

estatuto
editorial

VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA

11^a edição
'08
outubro
novembro
dezembro

Caracterização e princípios

A revista VIVER - Vidas e Veredas da Raia é uma publicação trimestral, propriedade da ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul, para a informação, formação para o Desenvolvimento e promoção da qualidade e nível de vida das pessoas que habitam a sub-região em que estamos inseridos.

Em cada trimestre é desenvolvido um tema central, complementado por conteúdos que abrangem os diferentes temas relacionados com os objectivos da publicação.

A "VIVER" é independente de quaisquer poderes políticos e/ou económicos, não estando ao serviço de qualquer orientação pública ou doutrinária.

É, antes, um espaço aberto às pessoas que se preocupam com o exercício da cidadania, da coesão social e da promoção do desenvolvimento local e rural.

A "VIVER" está aberta à colaboração e intervenção dos seus leitores, quer através de artigos de opinião, envio de documentos, estudos ou trabalhos dentro do seu objecto, ou através de sugestões sobre temas a tratar nas suas páginas.

A "VIVER" pretende contribuir de forma especializada e credível para a formação de uma opinião pública esclarecida e crítica em questões de desenvolvimento local em meio rural, condição indispensável para se conseguir uma realidade (rural) social e economicamente mais justa e integrada.

A "VIVER" aborda territorialmente as questões específicas da área de intervenção da ADRACES e, tematicamente, as relacionadas com o Desenvolvimento Local em espaços rurais, numa perspectiva nacional e europeia.

A "VIVER" tem circulação sistemática por entrega directa entre as populações da Beira Interior SUL e selectiva a nível nacional e europeu, por envio postal, sobretudo ao nível das Instituições públicas regionais, centrais e europeias.

A sua difusão internacional é assegurada online através dos sites da ADRACES e da rede das Universidades Rurais Europeias (APURE).

Objectivos

De incidência principal a nível regional - local:

- divulgar e promover os concelhos de intervenção, sua identidade, história, património e cultura;
- divulgar e promover iniciativas locais e rurais de sucesso que encorajem outras iniciativas;
- destacar e divulgar vidas exemplares, terras, costumes e tradições;
- promover e divulgar as produções locais, artesanato e turismo de qualidade;
- assegurar a divulgação de entidades, colectividades e eventos regionais;

De incidência geral, nacional e internacional:

- privilegiar a discussão dos possíveis "caminhos" e estratégias que o desenvolvimento local e rural pode adoptar;
- divulgar projectos inovadores, demonstrativos e transferíveis que revelem as novas vias e possibilidades do desenvolvimento local e rural;
- divulgar e promover experiências internacionais adaptáveis às nossas realidades;
- contribuir para a divulgação de trabalhos de investigadores nacionais e internacionais na área do desenvolvimento local e rural;
- promover a reflexão especializada e alargada sobre as práticas de desenvolvimento local e rural;
- Contribuir para um maior conhecimento e compreensão mútua entre as diferentes culturas rurais da UE.

estatuto
redactorial

Seleção de Conteúdos

- A selecção dos temas trimestrais centrais é da exclusiva responsabilidade do Director, ouvido o Conselho Editorial
- Os conteúdos de cada número e seu alinhamento são da responsabilidade do Editor Geral, com prévia aprovação do Conselho Editorial.

Artigos de opinião e trabalhos assinados

São da responsabilidade dos respectivos autores; a sua publicação apenas envolve, por parte da revista, um juízo sobre o interesse informativo dos mesmos e se estão de acordo com o objecto da revista e tema definido, não significando necessariamente concordância com as opiniões neles expostas. Os sumários, notas marginais, anotações extra-texto e artigos não assinados são da responsabilidade do Director e Conselho Editorial.

- A reprodução total ou parcial dos originais carece de prévia autorização do Director da revista.
- A Direcção não faz comentários sobre artigos de opinião e outros trabalhos de autor.
- A revista reserva-se o direito de publicar ou não os trabalhos recebidos e de sugerir qualquer alteração que se lhe afigure necessária, por razões de paginação. Depois de aprovados para publicação, os originais já não poderão ser substancialmente modificados.



O NOVO ANO

António Realinho
[ODirector]

Sendo este o primeiro número de dois mil e nove, quero endereçar a todos os considerados leitores da VIVER votos de sobrevivência sem danos maiores, neste novo ano que todos nos anunciam como extremamente difícil.

Esperemos e façamos, uns e outros, tudo o que for necessário para manter e oferecer a quem nos rodeia, se mais não puder ser, pelo menos, um sorriso...

Discursos piedosos, por mais corajosos e verdadeiros que sejam, não devolvem facilmente o optimismo perdido. Enquanto outras soluções não forem encontradas, transformemos os nossos discursos em acções concretas de solidariedade com quem precisa. Sejamos solidários. Demonstremos que “ser português” também é, para lá da retórica, pertencer a uma família que se entreaajuda.

Sabemos bem que, pelo menos em parte, também são portugueses alguns dos iluminados da finança (praticantes do capitalismo de casino) causadores destes maus momentos que estamos a viver... os corações revoltam-se e as nossas mentes clamam por justiça.



© Fisheye

Porém, o mais urgente é cuidar dos vivos – como diria o Marquês. Aqui pela BIS, honrando as mais nobres tradições beirãs, vamos estar atentos às dificuldades alheias, vamos unir-nos para melhor resistir, vamos demonstrar que estas terras são terras de acolhimento nos bons e nos maus momentos.

Façamos tudo para que, pelo menos por aqui, na BIS, as portas se abram a quem precisa, e o calor dum gesto amigo transforme a dádiva em solidariedade, nunca em esmola. Que cada um de nós esteja atento à sua volta, que ninguém seja ignorado. Que os constrangimentos sentidos pelos “novos pobres” em demonstrar a sua pobreza não nos deixem indiferentes.

Que a crise seja transformada numa oportunidade para proclamar a bondade de viver numa terra solidária. São estes os nossos mais sinceros e veementes apelos.

ANO NOVO, “VIDA NOVA”

Iniciamos com este número a segunda série desta publicação. Com um “visual” diferente, mas obedecendo aos mesmos princípios e objectivos que, desde o início, nos têm orientado.

Compete-me assumir por inteiro a decisão desta mudança ditada exclusivamente pela vontade de experimentar fazer diferente, de encontrar na possível diversidade de estilos, novas oportunidades de satisfação de diferentes sensibilidades.

A toda a equipa que produziu os primeiros dez números da primeira série, envio as minhas felicitações pela excelente qualidade do trabalho realizado.

Aos que agora iniciam a sua colaboração, desejo que possam retirar do futuro trabalho conjunto as maiores satisfações pessoais e profissionais; aos que permanecem, manifesto o meu desejo de que continuem a dar à VIVER toda a dedicação, competência e empenho que até agora têm demonstrado.

OS NOSSOS PARCEIROS

Por último, dirijo-me aos primeiros, ou seja, aos Parceiros da ADRACES, membros da Parceria para o Desenvolvimento da Beira Interior Sul – BIS (objecto do grande tema do presente número), manifestando-lhes, uma vez mais, a disponibilidade da VIVER para apoiar os trabalhos da Parceria e sustentar, na medida das nossas possibilidades, a dinâmica das suas acções.

Boa saúde para todos.

Dê a sua opinião. Este artigo pode ser comentado no blogue da Revista VIVER através do endereço electrónico <http://revistaviver.blogspot.com>

edição **11**
 outubro . novembro . dezembro
 '08

VIVER

ficha técnica

Director António Realinho

Director Adjunto Teresa Magalhães

Editor Geral Camilo Mortágua

Conselho Editorial António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós

Coordenação da Redacção Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão

Director Comercial Luís Andrade

Design e Direcção Gráfica DallDesign, Lda.

Produção Gráfica (Paginação/Impressão) DallDesign, Lda.

Capa DallDesign, Lda.

Imagem da capa: RODIN, Auguste, "La Cathedrale", 1908, Musée Rodin, França

Colaboradores Abel Cuncas, Aida Rechená, Ana Paula Fitas, Aníbal de Almeida, António de Abrunhosa, Armindo Jacinto, Carlos Rosa, Celso Lopes, Clarisse Santos, Domingos Santos, Fernando Paulouro Neves, Fernando Raposo, Guilherme Pereira, Inês Pedrosa, João Ludgero, João Mário Amaral, João Miguel Pereira, Joaquim Alberto, Jorge Brandão, José Lopes Nunes (Jolon), José Portela, Lopes Marcelo, Luís Domingo Sabonete, Margarida Cristóvão, Maria José Martins, Mário Moutinho, Marta Alves, Paulo Pinto, Paulo Pires Águas, Rui Morais, Sandra Vicente, Victor Santiago

Depósito Legal

Registo na Entidade Reguladora para

a Comunicação Social (ERC) 124952

Periodicidade Trimestral

Tiragem 3000 exemplares

Propriedade

ADRACES

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul

www.adraces.pt

Rua de Santana, 277
 6030-230 Vila Velha de Ródão
 Telef. +351-272540200 Fax. +351-272540209
 Número de Identificação Fiscal (NIF): 502706759
 Sede da Redacção: Rua de Santana, 277
 6030-230 Vila Velha de Ródão
 E-mail: viver@adraces.pt

conteúdos

01 DO DIRECTOR

O Novo Ano

03 DO EDITOR

A Crise... A Crise...A Crise... A Crise?

04 ONDAS CURTAS EUROPEIAS

Carta de Paris

06 TEM A PALAVRA

Entrevista à Presidente da Junta de Freguesia de Freixial do Campo

08 GRANDE TEMA

Parceiros e Parcerias para o Desenvolvimento da BIS

33 AO SABOR DA PENA

40 OS NOSSOS PARCEIROS

41 EMIGRAÇÃO

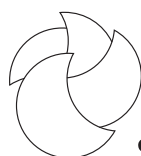
45 SENTIR A BEIRA

Pensar Global e Agir Localmente

47 QUIOSQUE DA BIS

48 DO LADO DE LÁ

Piedras Albas



adraces

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul

A CRISE... A CRISE... A CRISE... A CRISE?

Camilo Mortágua
[O Editor]

I

- SERÁ QUE ELA É CEGA, MAS VÊ, SEM QUE A GENTE SAIBA PORQUÊ? Assim como dizem que o amor é?

E, se assim for, de quem é que ela se desvia, a quem é que ela ataca em primeiro lugar?

Vai tocar a todos, dizem! - E se, de repente, todos ficássemos desempregados? Como iríamos sobreviver?

Pode-se viver sem emprego, mas não se pode viver sem comer... não é? Só que para poder comer, por agora, é preciso ter dinheiro para o comprar. Ou talvez não. Desempregados, podíamos ter tempo para produzir o que comemos, com um bocadinho de terra, de água e sol, e vento e sombra, e umas quantas mãos cheias de bosta; podíamos arranjar com que nos alimentar e ocupar o nosso tempo de desempregados... bom, é melhor nem pensar... é muito complicado, tudo isso.

As “altas individualidades” das macro-ciências sociais, económicas e políticas estão procurando, e, como no passado, encontrarão as melhores soluções para combater a maligna!

Ocupemo-nos da VIVER e da VIDA cá pelas nossas veredas da Raia, imitemos as formigas e, com a ajuda de todos os Santos e Virgens cá da BIS, havemos de ter comidinha para passar o Inverno da CRISE.

Se soubermos ser como as formigas, mesmo morrendo muitos, sobreviveremos!

II

Como disse o poeta cantor naquela canção que muitos de vós conheceis (se não conhecerem vão à “NET”) - “O MUNDO É FEITO DE MUDANÇA”. Como fazemos parte do Mundo, também decidimos contribuir para a mudança. Serão vocês, anónimos e estimados leitores, a dizer de vossa justiça.

Outra canção, esta menos conhecida e mais antiga, dizia assim: “Para melhor... está bem, está bem. Para pior, já basta assim”. Estaremos atentos ao sentido dos vossos “cantares.”

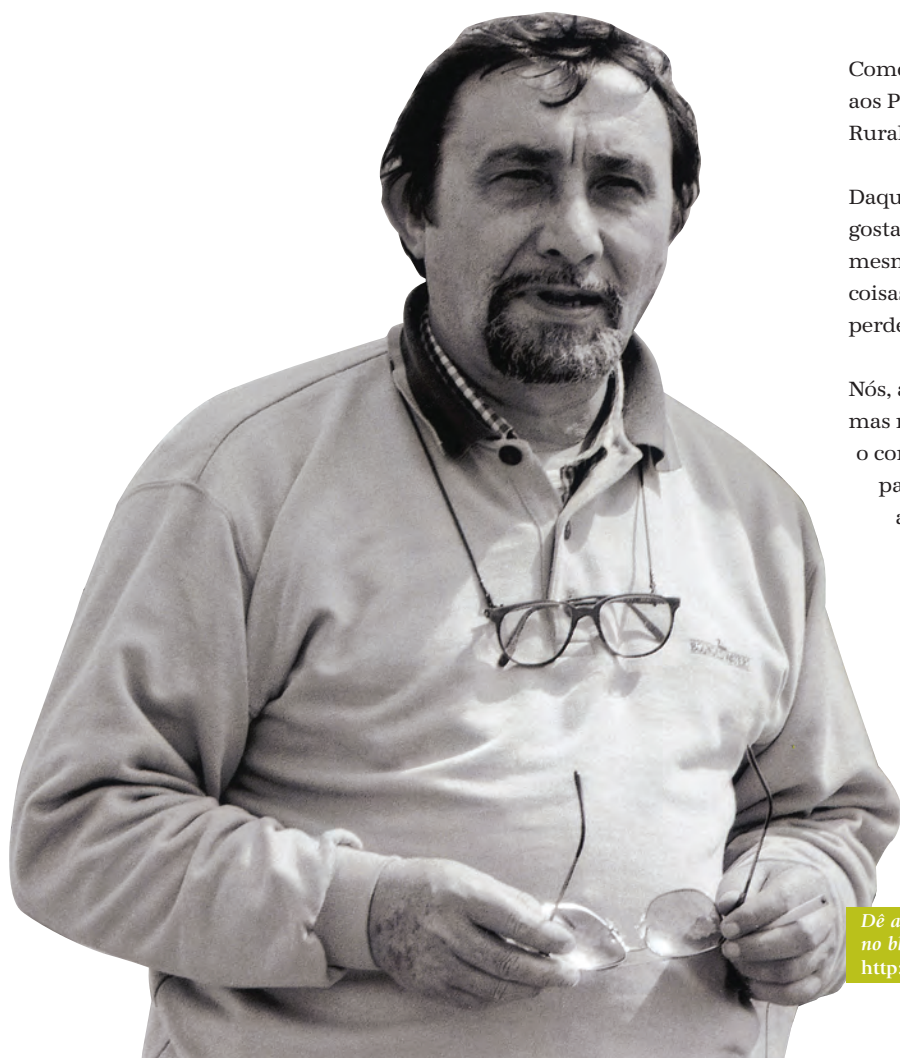
III

Como podem verificar, este número está dedicado aos Parceiros e à Parceria para o Desenvolvimento Rural da BIS.

Daqui saudamos todos, os que já são, os que gostariam de ser mas ainda ninguém os convidou, e mesmo aqueles que não se interessam por estas coisas e têm mais que fazer, porque não se pode perder tempo, que a vida está difícil...

Nós, aqui na VIVER, também temos mais que fazer, mas nada mais importante. Por isso, aqui deixamos o convite a que nos convidem para também sermos parceiros. Se nos aceitarem, prometemos aportar-vos desassossego e inquietações suficientes para que a Parceria não adormeça nem desapareça perdida no limbo do esquecimento.

Esta revista, que já é vossa, pode ser mais e melhor usada pelos parceiros; tomem a iniciativa, que nós cá estaremos para corresponder aos vossos apelos.



Dê a sua opinião. Este artigo pode ser comentado no blogue da Revista VIVER através do endereço electrónico <http://revistaviver.blogspot.com>



ONDAS CURTAS EUROPEIAS

CARTA DE

PARIS

Joaquim Alberto

Entre 10 de Janeiro e 12 de Fevereiro há uma exposição, no Grand Palais, em Paris, que se chama “6 milliards d’autres”. O autor andou durante 10 anos a fazer fotografias em toda a terra. Com esta exposição, e neste tempo dito de crise, ele tenta dar a palavra aos habitantes da terra que vivem sempre em crise. São mais de cinco mil testemunhos que ele apresenta sobre muitos dos assuntos que interessam às pessoas, principalmente às mais pobres.

Ele pretende chamar a atenção das pessoas que vivem no mundo dito desenvolvido, rico, para aquela parte do mundo que vive pobremente, muitas vezes na fome e na miséria, e que é muitíssimo maior que a parte que vive ricamente. Enquanto os que vivem com muito são cerca de 20 por cento, os que vivem na pobreza são cerca de 80 por cento.

E o pior é que a parte do mundo que vive rica, só o pode fazer porque a parte que vive pobre, além de ser bastante explorada, ainda empresta dinheiro para que os 20 por cento possam viver acima das suas posses.

Quase todos os países ditos ricos gastam mais do que aquilo que produzem. Todos os anos aumentam a dívida. Se fosse para tornar o país **melhor produtor**, isto é, produzir os bens que são necessários ao desenvolvimento das pessoas sem, ao mesmo tempo, contribuir para as tornar doentes (com poluição de todas as espécies e feitos que dão cabo da terra, do ar e da água, alimentos com produtos químicos que são causa de cancro e outras doenças, etc.) ainda a dívida seria justificada. Mas aumentar a dívida pública todos os anos – que os nossos filhos vão ter de pagar – só para vivermos acima das nossas posses e termos a sensação de que somos ricos, isso é um crime do qual todos somos responsáveis e que, de certa maneira, já estamos a começar a pagar com esta crise que todos ajudámos a provocar.

Todos (os ricos e aqueles que pensam que o são) se queixam da crise, mas eu ainda não vi ninguém propor medidas no sentido de a resolver e de evitar outras crises futuras. Tudo o que tenho lido e ouvido são propostas no sentido de conseguir que a crise tenha o mínimo de impacto nas sociedades que a causaram, a fim de que, no mais breve espaço de tempo possível, tudo volte à chamada normalidade, isto é, tudo volte ao que estava. O problema é que foi por estar como estava que a economia provocou esta crise. Se tudo voltar à mesma, vai ser impossível evitar outras crises como esta no futuro, talvez mais próximo do que pensamos.

Ficou provada a incompetência dos senhores que são donos da economia e das finanças. Não foram capazes de evitar esta crise nem tão pouco de a prever. Mas muitos deles ganham salários da ordem dos 50 milhões de dólares por ano. Ficou também provado que ninguém merece receber salários destes nem parecidos. Quem os atribui e quem os recebe não pode ser considerado pessoa honesta (para não dizer outra coisa). Mas são estes os senhores que mandam no mundo.

Enquanto as pessoas pensarem que é possível o crescimento contínuo e tudo fizerem nesse sentido, o resultado é sempre o mesmo: mais desigualdade entre pessoas, entre povos, entre países, entre regiões de um mesmo país; mais poluição; mais corrida ao lucro e menos luta pelo bem comum.

Ou aproveitamos esta crise para tentar mudar aquilo que a causou, ou somos muito piores do que eu alguma vez pude imaginar.

Estamos numa altura em que temos, todos, de lutar no sentido de encontrar (descobrir) parceiros e parcerias que vão no caminho do desenvolvimento das pessoas e não no sentido do progresso económico. Poucas vezes progresso económico quer dizer o mesmo que desenvolvimento humano. Só quer dizer o mesmo quando esse progresso é democrático, respeitador da natureza e das pessoas. Quando progresso significa, por exemplo, construir e comprar automóveis muito potentes, que podem andar a enormes velocidades, só para dar o exemplo dos carros que o Cristiano Ronaldo tem e usa, isso não só não contribui para o desenvolvimento humano, como contribui para o retrocesso das pessoas e das sociedades. E, sob pretexto de salvar empregos, entregar dinheiro às fábricas de automóveis, é de facto querer voltar ao que estava.

A crise foi causada no país onde há mais dinheiro. Por isso, a solução da crise não está na quantidade de dinheiro que se gasta, mas sim na maneira como ele se gasta.

Um óptimo ano para todos. ■



TEM A PALAVRA

Ernestina Perquilhas, 59 anos
[Freguesia de Freixial do Campo]

A mulher por detrás da Junta não tem raízes na freguesia. Natural de Santa Catarina, Caldas da Rainha, mudou-se de malas e bagagens para Lisboa para trabalhar conciliando com uma carreira de estudo à noite. Foi na capital que casou com um homem da BIS, da aldeia de Freixial do Campo. Os livros foram relevados para segundo plano e dedicou-se à sua profissão na Caixa Geral de Depósitos, primeiro no Calhariz, mais tarde em Sintra.

“A JUNTA ESTÁ AQUI PARA SERVIR E NÃO PARA SER SERVIDA”

Filipa Minhós

O marido começou a vir amiúde à aldeia para cuidar de uns terrenos dos pais. E foi ficando. As duas filhas já crescidas, uma casada e outra a estudar no Instituto Politécnico de Castelo Branco, também deixaram de ser companhia para a mãe, que continuou durante algum tempo mais em Lisboa. A solidão de Ernestina, apenas amenizada aos fins-de-semana, levou-a a pedir transferência para Castelo Branco, para se juntar ao companheiro. E foi já perto dos 40 anos que conseguiu realizar um dos seus grandes sonhos: uma licenciatura em Gestão de Recursos Humanos.

Criadas as filhas, era um bom momento para apostar na vida política – pela qual sempre sentiu fascínio. Em 2001, entra na Junta de Freguesia como secretária do anterior presidente. No último mandato, o antigo autarca já não concorre e Ernestina assume o comando.

QUAL É A SITUAÇÃO ACTUAL DE FREIXIAL DO CAMPO?

A freguesia, composta pelo Freixial e pela anexa Barbaído, tem tendência para aumentar o número de habitantes. Ainda continuamos com nove miúdos no infantário e 12 na escola, que, possivelmente, vai acabar por encerrar, por causa da criação de apenas três Centros Educativos aqui na zona – Alcains, São Vicente da Beira e Castelo Branco. Vejo que as pessoas de cá gostam muito da sua terra. E isso é notório até em casais novos, que podiam ter comprado casa em Castelo Branco, porque trabalham lá, mas que, no entanto, preferiram continuar a viver aqui na aldeia.

E, se a freguesia tivesse condições, ainda vinha mais gente. Há para aí muita casa velha, mas em que ninguém quer pegar. Terrenos para novas habitações não existem, porque temos uma Reserva Agrícola e uma Reserva Ecológica que nos ocupam uma grande área, mas que nos impedem de lá construir.

No entanto, com o fecho da escola, os miúdos têm de ir para Castelo Branco. Há casais já arrependidos de não terem ficado a morar na cidade, porque dessa forma os miúdos escusavam de se levantar tão cedo para apanhar o autocarro. Essas crianças não têm um ambiente propício ao seu desenvolvimento. Nas escolas da cidade, se uma criança se sente mal, não tem nin-

guém que a apoie. Não sei se esta estratégia é a melhor para o futuro da nossa educação. Para mim, quanto mais afecto tiver o ser humano, maior estabilidade ele terá na sua vida. E nas aldeias há esse carinho especial com as crianças. Agora vamos deixar de as ouvir no recreio. Que vai ser da aldeia?

ESTRATÉGIA DE ACTUAÇÃO DA JUNTA EM LINHAS MUITO GERAIS?

O executivo tem muitas ideias na cabeça, mas sem dinheiro não consegue fazer nada. Só para despesa corrente, grande parte do orçamento está logo destinada. Limpar as ruas, manter os ribeiritos limpos, cortar as ervas, dar uma limpeza nos cemitérios do Barbaído e do Freixial também é assegurado por nós. Desse orçamento ainda saem os ordenados para o executivo e para a limpeza da Junta. E, este ano, para além dos tempos livres durante o ano lectivo, ainda facultámos esse serviço aos meninos durante as férias de Verão. É de todo impossível conseguir guardar algum para fazer obra de maior relevância.

QUANDO NÃO HÁ VERBA PARA A OBRA FÍSICA, QUAL A MISSÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA?

O presidente de Junta representa o equilíbrio para a freguesia. Há toda uma parte social que é da nossa competência. E são estes trabalhos que se tornam gratificantes nesta função. Na vida, não é só o dinheiro que conta. Não interessa apenas fazer grandes obras, porque essas muitas vezes ficam inutilizadas. Penso até que não são as obras físicas que dão maiores alegrias às populações.

No entanto, há três obras essenciais já prometidas pela Câmara. A primeira é a construção de umas casas de banho no recinto das festas. A segunda é o alargamento de ruas, para que os camiões possam entrar na aldeia. Por fim, pretendemos a recuperação de um imóvel muito degradado no Barbaído, pertencente à Junta, que dá um aspecto um pouco penoso à localidade.

NUNCA LHE PASSA PELA CABEÇA DESISTIR?

Não. Estou aqui porque quis, ninguém me obrigou a concorrer. E se a minha postura for de dar sempre o meu melhor em todas as situações, não há nada para me aborrecer. Não tenho problema algum em pedir ajuda e aceitar as ideias dos outros. Aqui não há decisões da presidente, mas de toda a equipa. Além disso, a opinião da comunidade também é fundamental. Tento sempre tomar decisões que sirvam ao máximo a população. A junta está aqui para servir as pessoas e não para ser servida. ■



GRANDE TEMA

PARCEIROS E PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA **BIS**

SOBRE “PARCERIAS”

Partindo sempre da mais genérica das definições, a de que uma parceria é *uma associação de indivíduos para um fim de interesse comum*, logicamente que todas as associações voluntárias entre duas ou mais pessoas ou entidades deveriam ser consideradas – *parcerias baseadas num interesse comum*.

Porém, raramente nos apercebemos que *ter interesses comuns* não é necessariamente a mesma coisa que *ter PRINCÍPIOS comuns*.

É mais frequente do que parece, encontrar *parcerias* com *interesses* comuns pouco identificados e explicitados, circunstanciais ou temporais, baseadas em *princípios* até contraditórios, para atingir objectivos diferentes.

O que *deveria* cimentar a coesão numa parceria é a partilha autêntica de *princípios idênticos com objectivos comuns* – **como quem dá vida às parcerias são as pessoas, sem princípios idênticos, é difícil a coesão.**

Uma das grandes dificuldades para o correcto funcionamento de uma parceria, talvez mesmo a maior, a necessitar de contínuo trabalho e grande experiência, é a de transformar as naturais e legítimas contradições de interesses em **contradições de dinâmica positiva e convergente.**

É por isso que pretender *meter tudo no mesmo saco*; imaginar que é praticável confundir uma parceria de âmbito sub-regional com uma parceria efectivamente local; imaginar que representantes da Admi-

nistração Pública e os dirigentes e técnicos das organizações da Sociedade Civil estão preparados e têm condições objectivas para trabalhar em parceria; apregoar voluntariamente a criação de PARCERIAS, desinteressando-se da formação dos parceiros; exigir a apresentação formal de listas de parceiros sem ter a possibilidade material de verificar por que processo de participação/formação é que se adquire essa qualidade; exigir retoricamente qualidade, autenticidade e transparência no funcionamento das parcerias, sem afectar a cada uma os recursos indispensáveis ao justo pagamento do trabalho que a assistência e dinamização duma parceria implicam; é..., para todos os efeitos práticos, a demonstração evidente de que quem concebe e enquadra políticas e programas baseados em PARCERIAS não acredita na possibilidade de serem cumpridas as exigências qualitativas que faz, aceitando, por vezes, a sua defeituosa ou perversa existência, sem consequências para os “fingidores”, gerando-se assim uma tácita cumplicidade entre controladores e executantes, baseada em sub-entendidos que permitem que a maioria das PARCERIAS existentes não passem de PARCERIAS DE PAPEL.

CM

Dê a sua opinião. Este artigo pode ser comentado no blogue da Revista VIVER através do endereço electrónico <http://revistaviver.blogspot.com>



A PARCERIA DO GAL DA BEIRA INTERIOR SUL - “BIS”

DESCRIÇÃO SUMÁRIA

O GRUPO DE ACÇÃO LOCAL

A parceria é constituída por um conjunto alargado de actores que têm desenvolvido um trabalho de grande eficiência e eficácia, nas suas áreas e territórios de actuação, sendo-lhes territorialmente reconhecido o trabalho desenvolvido e os resultados obtidos. Trata-se de uma parceria multifacetada, com competências nas várias áreas e sectores da vida autárquica, económica, social, cultural e de desenvolvimento do território, complementares e representativas da sociedade civil e agentes sócio-económicos e culturais mais expressivos, não só do Território de Intervenção do GAL, como da região da Beira Interior Sul.

PARCEIROS DO GAL BEIRA INTERIOR SUL

Nome	Sector de Actividade	Tipo de Entidade	Sede Social
ADRACES			
Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul	Associação de Desenvolvimento Rural	Associação Privada	V. V. Ródão
Município de Castelo Branco	Administração Pública	Administração Local	C. Branco
Município de Idanha-a-Nova	Administração Pública	Administração Local	Idanha-a-Nova
Município de Penamacor	Administração Pública	Administração Local	Penamacor
Município de Vila Velha de Ródão	Administração Pública	Administração Local	V. V. Ródão
APT			
Associação de Produtores de Tabaco	Agricultura, Prod. Animal, Caça e Activ. de Serviços Relacionados	Associação Privada	C. Branco
APABI			
Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior	Agricultura, Prod. Animal, Caça e Activ. de Serviços Relacionados	Associação Privada	C. Branco
AFLOBEI			
Associação de Produtores Florestais da Beira Interior	Silvicultura, Exploração Florestal e Activ. dos Serviços Relacionados	Associação Privada	C. Branco
ARBI			
Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova	Agricultura, Prod. Animal, Caça e Activ. de Serviços Relacionados	Outras Entidades Públicas	Ladoeiro
APPIZÊZERE			
Associação de Protecção Integrada e Agricultura Sustentável do Zêzere	Agricultura, Prod. Animal, Caça e Activ. de Serviços Relacionados	Associação Privada	Fundão
BIORAIA			
Associação de Produtores Biológicos da Raia	Agricultura, Prod. Animal, Caça e Activ. de Serviços Relacionados	Associação Privada	Idanha-a-Nova
Cooperativa de Produtores de Queijo da Beira Baixa	Indústrias Alimentares, das bebidas e do tabaco	Cooperativas	Idanha-a-Nova
Lourenço & Filhos, Lda.	Indústrias Alimentares, das bebidas e do tabaco	Empresas	V. V. Ródão
OVIBEIRA			
Associação de Produtores de Ovinos do Sul da Beira	Agricultura, Prod. Animal, Caça e Activ. de Serviços Relacionados	Associação Privada	C. Branco
AFAF			
Associação de Formação Ambiental e Florestal	Silvicultura, Exploração Florestal e Actividades dos Serviços Relacionados	Associação Privada	C. Branco
Amato Lusitano			
Associação de Desenvolvimento	Associação de Desenvolvimento	Associação Privada	C. Branco
APPACDM			
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Castelo Branco	Saúde e Acção Social	Associação Privada	C. Branco
ACICB			
Associação Comercial, Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão	Outros	Associação Privada	C. Branco
Associação de Estudos do Alto Tejo	Associação Ambiental	Associação Privada	V. V. Ródão
AEPN			
Associação Empresarial de Penamacor	Outros	Associação Privada	Penamacor
CMCD			
Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova	Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	Associação Privada	Idanha-a-Nova



Nome	Sector de Actividade	Tipo de Entidade	Sede Social
CMCD Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de V. Velha de Ródão	Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	Associação Privada	V. V. Ródão
IPCB Instituto Politécnico de Castelo Branco	Educação	Outras Entidades Públicas	C. Branco
Lar Dona Bárbara Tavares Silva	Saúde e Acção Social	Associação Privada	Penamacor
NATURTEJO Empresa de Turismo, E.I.M	Outros	Sector Empresarial Público	C. Branco
NERCAB Associação Empresarial da Região de Castelo Branco	Outros	Associação Privada	C. Branco
João Ludgero Moreira dos Santos	Outras Indústrias Transformadoras	Empresários em Nome Individual	Ladoeiro
Santa Casa de Misericórdia de Castelo Branco	Saúde e Acção Social	Associação Privada	C. Branco
Santa Casa de Misericórdia de Vila Velha de Ródão	Saúde e Acção Social	Associação Privada	V. V. Ródão
Santa Casa de Misericórdia de Idanha-a-Nova	Saúde e Acção Social	Associação Privada	Idanha-a-Nova

COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

O Órgão de Gestão do GAL Beira Interior Sul é constituído por cinco membros, reflectindo de forma proporcional a composição da parceria de desenvolvimento. O GAL não possui personalidade jurídica, pelo que foi designada como Entidade Gestora a ADRACES, pessoa colectiva com natureza jurídica, fazendo esta parte integrante e obrigatoriamente deste órgão. Assim sendo, a constituição do Órgão de Gestão do GAL Beira Interior Sul é a seguinte:

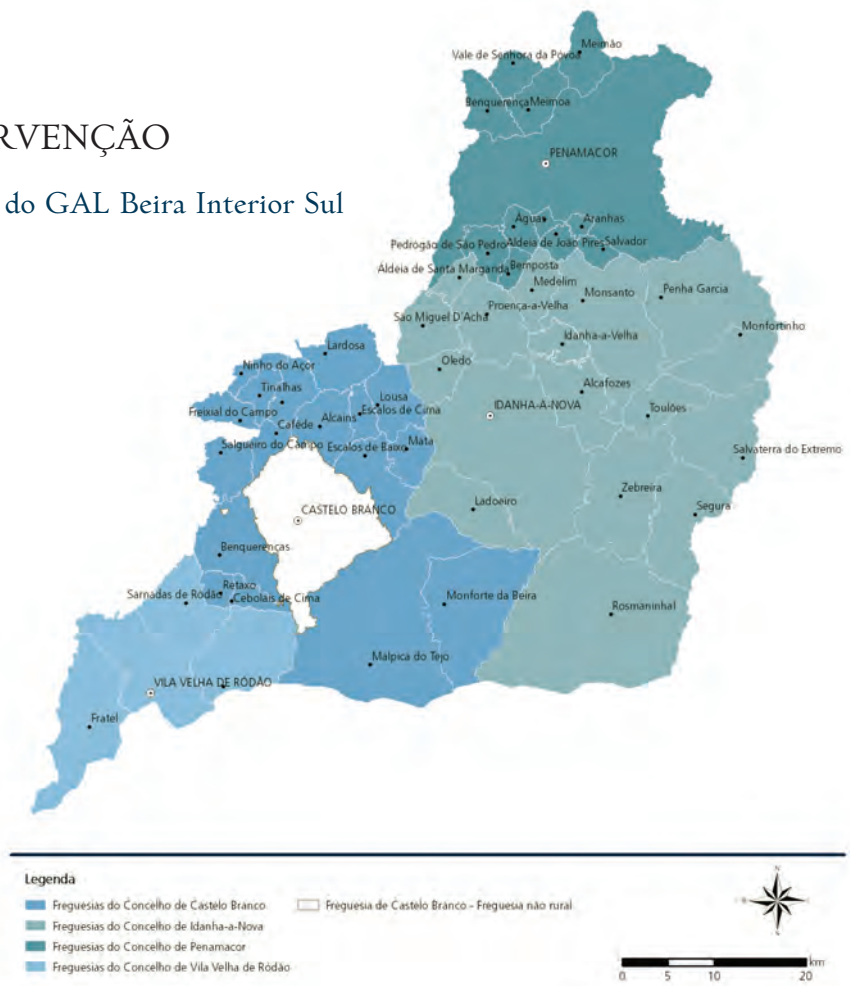
Designação	Sector de Actividade
ADRACES Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul	Associação de Desenvolvimento
Município de Castelo Branco	Administração Pública Local
AFLOBEI Associação de Produtores Florestais da Beira Interior	Agricultura e Florestas
Lar Dona Bárbara Tavares da Silva	Economia Social
IPCB Instituto Politécnico de Castelo Branco	Educação e Formação Profissional

O TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

Mapa do Território de Intervenção do GAL Beira Interior Sul

Com uma área de 3.253 Km², equivalente a cerca de 4% da superfície do País, o Território de Intervenção do GAL Beira Interior Sul situa-se na periferia Este de Portugal Continental e a Sudeste da Região Centro, entre a Cordilheira Central e a peneplanície Alentejana.

FIGURA 1
Território de Intervenção do GAL Beira Interior Sul



QUADRO 1: Organização administrativa do Território de Intervenção do GAL Beira Interior Sul

NUT II	NUT III	Distrito	Concelhos	Área Total (Km ²)	Freguesias (N.º)
Centro	Beira Interior Sul	Castelo Branco	Castelo Branco	930,2	18
			Idanha-a-Nova	1.413,1	17
			Penamacor	555,5	12
			Vila Velha de Ródão	329,9	4
			TOTAL	3.228,21	51

População Residente no Território de Intervenção do GAL Beira Interior Sul

Segundo os resultados do último Recenseamento Geral da População (2001), residiam no Território de Intervenção do GAL 70.991 indivíduos, dos quais 33.952 pertenciam ao sexo masculino e 37.039 ao sexo feminino, o que representava cerca de 3% da população da Região Centro e 0,75% da população portuguesa. Estes resultados apontam para uma diminuição da população residente nesta Região de -1,6% face ao Recenseamento de 1991. Este decréscimo, embora mais baixo que o registado entre 1981 e 1991 (-3,9%), confirma a trajetória demográfica negativa que tem caracterizado as regiões do interior do País desde a década de cinquenta do passado século.

QUADRO 2: População residente no Território de Intervenção do GAL no ano 2001, com o território rural da Freguesia de Castelo Branco incluído.

Unidades Geográficas	População Residente
	Ano 01
Castelo Branco	18.127
Idanha-a-Nova	11.659
Penamacor	6.658
Vila Velha de Ródão	4.098
Território de Intervenção do GAL Beira Interior Sul	40542

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001

QUADRO 3: População residente no território de intervenção do GAL Beira Interior Sul, em 2001.

Distrito	Castelo Branco	
Concelho	Freguesias	População Residente
CASTELO BRANCO	Alcains	4.929
	Benquerenças	725
	Caféde	289
	Castelo Branco (Território Rural)	791
	Cebolais de Cima	1.290
	Escalos de Baixo	946
	Escalos de Cima	1.110
	Freixial do Campo	537
	Lardosa	1.044
	Lousa	752
	Malpica do Tejo	758
	Mata	590
	Monforte da Beira	506
	Ninho do Açor	473
	Póvoa de Rio de Moinhos	685
	Retaxo	1.047
	Salgueiro do Campo	965
Tinalhas	690	
		18.127

Distrito	Castelo Branco	
Concelho	Freguesias	População Residente
IDANHA-A-NOVA	Alcafozes	252
	Aldeia de Sta. Margarida	369
	Idanha-a-Nova	2.519
	Idanha-a-Velha	79
	Ladoeiro	1.386
	Medelim	342
	Monfortinho	608
	Monsanto	1.160
	Oledo	485
	Penha Garcia	928
	Proença-a-Velha	282
	Rosmaninhal	733
	Salvaterra do Extremo	203
	S. Miguel d'Acha	702
	Segura	233
	Toulões	315
	Zebreira	1.063
		11.659

Distrito	Castelo Branco	
Concelho	Freguesias	População Residente
PENAMACOR	Águas	330
	Aldeia de João Pires	221
	Aldeia do Bispo	748
	Aranhas	440
	Bemposta	184
	Benquerença	695
	Meimão	347
	Meimoa	456
	Pedrogão de São Pedro	590
	Penamacor	1.735
	Salvador	589
Vale da Sra. da Póvoa	333	
		6.668

Distrito	Castelo Branco	
Concelho	Freguesias	População Residente
VILA VELHA DE RÓDÃO	Fratel	760
	Perais	589
	Sarnadas de Ródão	693
	Vila Velha de Ródão	2.056
		4.098

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001

ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

Num espaço comunitário e mundial cada vez mais plural, onde o fenómeno da globalização e a correspondente intensidade de fluxos se impõe de forma irreversível, o posicionamento dos territórios rurais na cena global exige estratégias cada vez mais complexas e ambiciosas. Se no passado o espaço de aprendizagem e de referência se confinava quase exclusivamente ao nacional, a conjuntura actual obriga a um posicionamento perante uma nova forma de concorrência planetária e à criação de novos conhecimentos e estratégias mais voluntaristas, inovadoras e criativas.

O facto de ultimamente os territórios rurais conhecerem uma renovada atracção, fruto do reconhecimento de que a preservação dos recursos naturais e histórico-culturais, bem como das produções tradicionais, encontram uma procura de mercado susceptível de contribuir para a revitalização das economias locais, apresenta-se como uma oportunidade única para marcar presença nos espaços abertos pela globalidade. Esta posição permite não só atenuar as desvantagens resultantes do défice demográfico, do envelhecimento, do isolamento físico, da dimensão e do número de empresas

rurais, como também, fixar e valorizar recursos que até há pouco tempo não eram valorizados ou estavam em vias de abandono ou desaparecimento.

Este movimento, ao despoletar novas oportunidades, que concentram um mercado de actividades como o artesanato, o turismo, os produtos agro-alimentares de qualidade, a gastronomia, a cultura, entre outras, implica olhar o mundo rural não de uma forma sectorial, ligando-o apenas às actividades agrícolas, mas imprimir uma perspectiva transversal e multifuncional.

Foi com base nestas premissas que se definiu a Estratégia Local de Desenvolvimento (ELD). Elaborada de forma participada e activa por uma parceria ampla e representativa dos actores mais relevantes do território e tendo por base as orientações e prioridades da política europeia e nacional para o Desenvolvimento Rural, a Estratégia tem como objectivo central a Valorização dos Produtos Tradicionais de Qualidade, o Desenvolvimento do Turismo em Espaço Rural e a Dinamização e Diversificação Económica.



© Fbreye

A preocupação central foi a de definir um modelo de desenvolvimento assente nas características específicas do território e das suas necessidades de desenvolvimento, tendo por base os seguintes pressupostos: i) a implicação dos agentes e das instituições; ii) a integração dos vários sectores de actividade numa lógica multifuncional; iii) os recursos do território numa óptica integrada e iv) a cooperação e a articulação com as políticas regionais, nacionais e europeias.

Em termos operacionais, a implementação da estratégia tem subjacente uma actuação focalizada e discriminada a diferentes níveis territoriais, económicos e sociais. No âmbito da definição da estratégia foram identificadas as seguintes áreas de intervenção a privilegiar:

- Produtos Tradicionais de Qualidade, promovendo os produtos agroalimentares de reconhecido valor (queijo, azeite, enchidos, mel, horticultura e fruticultura, gastronomia tradicional) e o artesanato típico (Bordado de Castelo Branco, Adufes, Trapologia);
- Turismo em Espaço Rural, valorizando as suas potencialidades, nomeadamente ao nível do património natural, paisagístico e cultural;
- Património Rural, como factor de valorização e atractibilidade dos territórios rurais;
- Pequenas e médias empresas, promovendo o aparecimento de novas unidades e qualificando e dinamizando as existentes;
- Serviços sociais e de proximidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e equidade social, criação de emprego e, consequentemente, fixação de pessoas nos aglomerados rurais;
- Recursos humanos e institucionais, apostando na qualificação dos agentes e suas organizações públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural – Governança Local.

A promoção, dinamização e valorização destes elementos, de forma interligada e concertada, concorrem, em conjunto, para o desenvolvimento sustentável, para a coesão territorial e social e para o aumento da competitividade, finalidades centrais da estratégia de desenvolvimento que se pretende imprimir. Para cumprir estes fins foram definidos, a partir do Diagnóstico Estratégico, sete Objectivos Estratégicos:

- I. Valorização, preservação e promoção do património e identidade cultural dos territórios rurais;
- II. Diversificação, modernização e qualificação da Economia Rural, promovendo a sua competitividade;
- III. Promoção e valorização do sector turístico;
- IV. Criação de novas fontes de rendimento e de emprego nas explorações agrícolas;
- V. Melhoria da Qualidade de Vida da População Rural;
- VI. Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências dos agentes locais;
- VII. Fixação de população nos aglomerados rurais.

Interligados e directamente vocacionados para a criação de condições que potenciem o desenvolvimento rural, estes objectivos constituem a estrutura vertebral da estratégia de desenvolvimento local, pois enquadram as linhas e estratégias de acção da ELD.

A sua prossecução pressupõe uma estratégia inovadora e activa que potencie a criação de condições para, partindo dos recursos endógenos do território, estender os efeitos benéficos das intervenções à promoção da coesão social e territorial. Neste sentido e de forma a garantir eficiência e eficácia na aplicação das medidas, foram definidos um conjunto de princípios orientadores que deverão estar presentes, de forma transversal, na concretização da ELD. São eles:

- A Selectividade nos investimentos e acções de desenvolvimento a apoiar, concretizada por critérios rigorosos de selecção;
- A Inovação ao nível de projectos, promovendo áreas como a tecnologia, o design, o marketing, o sistema organizacional;
- O Empowerment, promovendo a participação activa, a responsabilização e autonomia das pessoas, comunidades e organizações;
- A viabilidade económico-financeira dos projectos de investimento;
- A gestão e monitorização estratégica e permanente, de modo a garantir a transparência dos procedimentos e assegurar a boa utilização dos fundos públicos;
- A Igualdade de oportunidades e de género.

Uma vez apresentadas as linhas estratégicas da ELD, os seus pressupostos, princípios orientadores e áreas a privilegiar, será seguidamente feito o enquadramento e explicitação de cada um dos objectivos estratégicos, bem como a forma como serão operacionalizados.

Valorização, Preservação e Promoção do Património e Identidade Cultural dos Territórios Rurais

A diversidade, qualidade e originalidade das paisagens e do património cultural representam um activo crucial para as regiões rurais, pois são um dos suportes da memória colectiva, participando na formação das identidades territoriais e da cultura de uma região. A sua protecção, recuperação e valorização constituem vectores prioritários do ordenamento e da qualificação dos territórios rurais e factores de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida.

Neste contexto, assumem, claramente, um carácter de bens públicos enquanto factores de suporte e qualidade de vida e de gestão equilibrada e duradoura dos recursos naturais e um valor económico potencial, enquanto, geradores de mais valias que se podem incorporar em bens e serviços transaccionáveis.

As potencialidades e a riqueza da Região ao nível do património edificado, cultural, natural e paisagístico constituem argumentos sobejos para atribuir ao Património um carácter estruturador na estratégia de desenvolvimento. Com efeito, o território de intervenção, devido à sua antiga ocupação humana, apresenta abundantes vestígios e influências com importância patrimonial que vão desde os traçados dos aglomerados populacionais, até aos elementos decorativos dos edifícios, passando pelo conjunto de construções rurais tradicionais, caminhos ou estradas milenares. O conjunto deste património, que confere a muitas aldeias e às suas gentes uma identidade particular, constitui uma potencialidade que deverá ser preservada e explorada. Acresce a este património rural, as riquezas naturais e paisagísticas, de singular beleza e com um papel determinante na manutenção da biodiversidade.

Assim, no sentido de preservar e potenciar as riquezas patrimoniais da Região foi definida como prioridade estratégica a valorização, preservação e promoção do património e identidade cultural dos territórios rurais. Baseada no desenvolvimento de estratégias territoriais integradas e sustentáveis, a operacionalização deste objectivo irá incidir nas seguintes áreas:

- I. Património Edificado, através da recuperação, preservação e valorização das construções rurais tradicionais – palheiros, eiras, moinhos, lagares de azeite, fontes, entre outros – e da recuperação e refuncionalização de edifícios de traça tradicional para fins culturais, sociais e turísticos.
- II. Património Cultural, fomentando a recuperação, preservação e transmissão de saberes e tradições locais, de forma a promover uma memória cultural crítica. São exemplos de iniciativas a apoiar: espólios documentais; conteúdos online; estudos etnográficos, incitativos de divulgação e sensibilização; recolha e recuperação de lendas, música, folclore, trajes, instrumentos tradicionais, gastronomia, etc.
- III. Património Natural, potencializando de forma sustentável os recursos naturais (ambiente, paisagem, floresta, recursos aquíferos



© Fisheye

e termais) com base em projectos que viabilizem uma valorização económica, ambiental e paisagística mais consentânea com as potencialidades e mercado dos mesmos. Ao nível de tipologias de apoio têm enquadramento projectos infra-estruturais como centros de interpretação, miradouros, sinalética, pontes de madeira, alimentadores de aves e animais selvagens, cais de praias fluviais e barragens, caminhos rurais, entre outros. Serão ainda apoiadas campanhas de sensibilização ambiental e edição de materiais de divulgação.

A dinamização de projectos e iniciativas com estas tipologias, ao promoverem a valorização do património natural, patrimonial e cultural, tornam o território mais atractivo quer para viver, quer para visitar, contribuindo, por isso, para a fixação de população e, de forma mais directa, para o incremento da actividade turística.

Diversificação, Modernização e Qualificação da Economia Rural

Os territórios rurais em perda de influência, bem como os produtos produzidos em pequena escala para mercados essencialmente locais, estão hoje colocados perante o problema de afirmação da capacidade competitiva num mercado altamente complexo e feroz. O conceito de competitividade adquire, nesta conjuntura, uma importância crucial, quer numa perspectiva mais global de valorização dos recursos naturais e patrimoniais, quer numa óptica empresarial, através da introdução na gestão das empresas de elementos de criatividade e de competitividade, de forma a diferenciarem-se dos seus concorrentes, obtendo assim melhores performances de rentabilidade.

Este objectivo estratégico visa a promoção da competitividade tendo por base a diversificação da estrutura económica pela via da competitividade sectorial e numa óptica de desenvolvimento de clusters estratégicos,

ou seja, assente nas áreas/sectores em que os agentes económicos do território melhor se podem posicionar no mercado.



Neste sentido, serão privilegiados os apoios à criação e desenvolvimento de empresas que tenham relações com o meio em que se inserem, nomeadamente, a sua integração em fileiras ou clusters locais. A este nível destacam-se, pelas suas potencialidades, o mercado dos produtos tradicionais de qualidade. A procura crescente de bens não uniformizados, com história e identidade próprias, mais seguros para a saúde, abre, pois, um conjunto de oportunidades para a dinamização das economias locais.

Um dos aspectos críticos em que deverá incidir a estratégia de valorização das produções locais diz respeito à sua apresentação e promoção. Não basta ser local e estar disponível para compra, antes é imperioso intervir junto dos potenciais consumidores e convencê-los de que um determinado produto local é, antes de mais, uma amostra da cultura, para o qual contribuiu uma conjugação de tempos e saberes. Para tal deverá haver uma aposta clara na diferenciação, inovação, imagem e marketing.

Estas estratégias deverão ser segmentadas e diferenciadas e adequar-se ao tipo e escala de produções, ou seja, por um lado, ter em conta as produções que possam atingir massa crítica/escala de produção economicamente viável e preencher, com eficácia e eficiência, procuras típicas de nichos de mercado e, por outro lado, as pequenas produções que, isoladamente não têm facilidade de escoamento e viabilidade económica mas que, inseridas em estratégias produtivas locais e de integração com outras actividades mais próximas da procura, podem atingir condições de valorização do mercado.

Em termos operacionais, a estratégia de dinamização da estrutura socio-económica tem em vista:

- Criar, modernizar e capacitar PME's em meio rural, privilegiando projectos que incidam nos seguintes tipos de actividades: pequenas indústrias agro-alimentares; restauração; empresas de distribuição; prestação de serviços ambientais e agro-rurais; transformação, embalagem e comercialização de produtos agro-alimentares (centros tecnológicos); energias renováveis; actividades territoriais como a caça, a pesca, o desporto e o ambiente; iniciativas de certificação de produtos locais com base em sistemas nacionais de qualidade; PME's ligadas à economia social.
- Profissionalizar e valorizar saberes e ofícios tradicionais. São exemplos as actividades artesanais, carpintarias, seralharias, olarias, cestaria, latoaria, etc.
- Divulgar, promover e comercializar produtos agro-alimentares e artesanais da Região, tendo por base a seguinte tipologia de projectos: lojas/espacos comerciais de venda e divulgação de produtos regionais em locais de excelência; dinamização de eventos promocionais como feiras, campanhas publicitárias, etc.

Estas iniciativas deverão contribuir para a criação e desenvolvimento de actividades diversificadas e criadoras de riqueza e de emprego, factores indispensáveis para fixar população.

Promoção e Valorização do Sector Turístico

A actividade turística tem, nos últimos tempos, suscitado um interesse crescente como actividade económica alternativa para muitas zonas rurais. As expectativas são de que o turismo rural, na medida em que assenta na valorização dos diversos recursos e capacidades regionais, promove a diversificação económica, a criação e qualificação de emprego e a fixação de população e rendimentos. Para além disso, constitui um meio privilegiado para a defesa e valorização do património natural e cultural de uma região, promovendo a coesão territorial e a melhoria da qualidade de vida dos residentes.

O turismo rural, o agro-turismo, o turismo de aldeia, o turismo cultural e o turismo de natureza são alguns dos segmentos que surgem associados a estas novas tendências de procura turística. Tendo, na sua maioria, como característica a busca de elementos como o contacto com a natureza, a (re)descoberta de origens e identidades, a fruição de produtos naturais e genuínos, estes segmentos podem, de facto, contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, na medida em que potenciam uma crescente valorização do património natural e construído e constituem o suporte para o surgimento e/ou recuperação de modos de fazer, de ser e de estar tradicionais.

Um aspecto importante que caracteriza a procura deste segmento turístico é o facto de estar, frequentemente, associado a estratos sócio-económicos com maior capacidade aquisitiva e com níveis de formação/qualificação elevados e, por isso, níveis de exigência superiores. Este comportamento da procura exige, assim, um nível de excelência e originalidade crescente no campo da oferta. Aspectos relacionados com a qualidade - higiene, serviço, segurança, bom gosto, etc. - assumem uma importância crucial, podendo ser o primeiro factor de escolha ou de exclusão.

Outra questão importante é o facto de atrair turistas oriundos de diferentes estratos etários que, por razões distintas, são atraídos ou susceptíveis de vir a ser aliciados para esta forma de turismo. Importa, por isso, que a oferta seja capaz de fornecer respostas aos diferentes tipos de procura. Estão, neste caso, as crianças, numa perspectiva de campos de férias ou de quintas pedagógicas; os adolescentes e jovens, numa perspectiva de aventura e de desportos; os seniores, que buscam a tranquilidade dos passeios no campo, o revivalismo da memória de tradições ancestrais, o prazer da gastronomia tradicional. Estes consumidores procuram não só espaços físicos e produtos mas, essencialmente, experiências e vivências; mais do que ver ou consumir, importa fazer, participar e, sobretudo, sentir.

A diversidade e riqueza em recursos naturais, paisagísticos, patrimoniais e culturais dão à Região da Beira Interior Sul argumentos para que se afirme como destino turístico em domínios como o Ecoturismo, o Turismo de Paisagem e de Natureza; o Turismo Cinegético, o Turismo Cultural e Religioso; o Turismo de Bem-Estar e de Saúde. Tal exige o



desenvolvimento de estratégias concertadas e, ao mesmo tempo, diferenciadas, assentes em aspectos como a excelência dos serviços, a genuinidade, a autenticidade e a personalização da oferta. Neste sentido foram identificadas como áreas a privilegiar:

- Criação e qualificação do alojamento turístico de pequena escala nas modalidades de Turismo em Espaço Rural e Turismo de Natureza. Serão valorizados empreendimentos integrados de alojamento/animação, tais como quintas pedagógicas e projectos integrados de agroturismo e turismo cinegético.
- Promoção e desenvolvimento de produtos, conteúdos e serviços turísticos, designadamente: rotas; percursos; actividades de caça e pesca; actividades desportivas e de lazer na natureza; infra-estruturas de pequena escala; centros de observação da natureza/paisagem/animação turística.
- Criação de unidades comerciais vocacionadas para o mercado do turismo, nomeadamente, restaurantes tradicionais/típicos, tabernas típicas, postos de venda de produtos para o mercado turístico.
- Desenvolvimento de conteúdos de promoção e divulgação turística distintivos e inovadores, de forma a promover no exterior a Região enquanto destino turístico. São exemplos de iniciativas a apoiar a criação de brochuras promocionais; meios audiovisuais e multimédia; feiras e eventos de promoção do território e seus recursos - marketing territorial; criação de marcas/conceitos.

Criação de Novas Fontes de Rendimento e de Emprego nas Explorações Agrícolas

A agricultura, embora já não hegemonize a vida social e económica da Região, continua a ser a actividade mais marcante em termos de ocupação do território, conferindo-lhe um carácter eminentemente rural. Para além da sua função tradicional, a produção de bens, a agricultura tem um papel nuclear na viabilidade do território, cumprindo outras funções de grande relevância e essenciais para a estruturação do território, designadamente: i) a sua ocupação geográfica; ii) a dinamização de outras actividades em meio rural, como por exemplo, o turismo e as agro-indústrias; iii) a manutenção das paisagens e do ambiente.

Estas funções abrem campo para a inclusão de conceitos como a diversidade e a multifuncionalidade da agricultura, constituindo uma fonte de oportunidades para desenvolver projectos de carácter não agrícola nas explorações. Foi com base nestas premissas que se definiu outro grande objectivo estratégico: o aumento da competitividade e sustentabilidade das explorações agrícolas por via da diversificação de actividades não agrícolas.

As iniciativas a apoiar devem centrar-se na valorização e aproveitamento das amenidades rurais associadas às explorações agrícolas e florestais. Para além de criar novas fontes de rendimento e de emprego, produzindo efeitos directos na melhoria do rendimento do agregado familiar, a



operacionalização de iniciativas deste âmbito deverão contribuir, de forma efectiva, para a protecção ambiental e conservação da paisagem. Neste sentido, os projectos a apoiar deverão ser sustentáveis não só economicamente mas, também, ambientalmente.

No que diz respeito ao tipo de actividades com enquadramento no âmbito deste objectivo estratégico, destacam-se: actividades ligadas à caça e pesca; serviços de recreação e lazer; iniciativas pedagógicas; energias renováveis; provas gastronómicas; actividades artesanais; alojamento turístico; restauração; parques de campismo rurais; quintas pedagógicas; pontos de venda directa dos bens produzidos; projectos relacionados com a micologia, ervas aromáticas, entre outros.



Melhoria da Qualidade de Vida da População Rural

A qualidade de vida constitui um dos pilares de desenvolvimento rural, estando associada à oferta de um conjunto de bens e serviços e à presença de uma diversidade de elementos que tornam os territórios espaços mais ou menos atractivos. Falamos dos serviços básicos como o saneamento básico e as acessibilidades mas, também, do acesso às tecnologias de informação e comunicação, à cultura e aos serviços sociais e de proximidade.

No contexto actual e tendo em conta que, de uma maneira geral, os serviços básicos estão garantidos, a qualidade de vida dos territórios rurais depende, cada vez mais, da oferta do segundo tipo de serviços. A decisão das pessoas se fixarem ou não num determinado território rural depende em grande medida do nível e qualidade deste tipo de bens e serviços. Para além disso, a sua oferta concorre directamente para a igualdade de oportunidades e equidade social, aspectos cruciais em territórios onde predominam as baixas densidades físicas e relacionais e índices elevados de envelhecimento e dependência, como é o caso do Território de Intervenção.

Justifica-se, assim, uma intervenção específica que valorize simultaneamente o espaço de vivência da comunidade e a equidade social. De acordo com o diagnóstico efectuado ao território, foram identificadas duas áreas de intervenção prioritárias: a) animação territorial e b) economia social e solidária.

A animação territorial tem enquadramento estratégico na ELD, pois considera-se que uma dinâmica forte em actividades culturais e de animação contribuem para tornar os territórios vivos, sedimenta o sentimento individual e colectivo de pertença e auto-estima e constitui uma abertura para as ligações com outras regiões e culturas. A animação cultural torna, pois, os territórios rurais mais atractivos, não só para os que lá vivem como, também, para quem os visita.

As estruturas associativas – colectividades locais e outras associações que intervêm nas áreas da cultura, desporto e lazer – são as entidades que nos territórios rurais melhor se posicionam para mobilizar e animar as comunidades locais. Com efeito, a sua acção in loco, o reconhecimento que gozam junto da população e o seu potencial de mobilização e cooperação, fazem destes actores parceiros privilegiados na mediação do diálogo social e, conseqüentemente, na promoção de plataformas de intervenção local, articuladas em torno de novas formas de governação e (des)envolvimento social, cultural e económico.

Para além da sua importância como interlocutores, as colectividades locais têm vindo a assumir nos territórios onde actuam um papel preponderante na preservação da cultura, etnografia, desporto e animação em geral, encerrando em si os princípios basilares do desenvolvimento local. São, pois, verdadeiros agentes culturais, tornando os territórios vivos e sedimentando o sentimento individual e colectivo de pertença e auto-estima.



Assim, de modo a assegurar uma vivência cultural participada e reforçar a identidade cultural local, a ELD tem previsto o apoio à mobilização e dinamização do movimento associativo. Serão enquadrados projectos e iniciativas com as seguintes tipologias/objectivos:

- Preservação, reabilitação e modernização dos equipamentos e infra-estruturas colectivas, fomentando a sua gestão integrada e multifuncional e a sua utilização;
- Dinamização e promoção de actividades de animação cultural criativas e inovadoras (favorecer a incorporação das TIC).

No que diz respeito à outra área de intervenção da ELD no contexto da melhoria da qualidade de vida, pretende-se reforçar a economia social e solidária através de serviços e acções ajustadas às necessidades locais. Atendendo aos elevados índices e envelhecimento que o território apresenta e a conseqüente dependência de serviços de apoio, definiu-se como sector a privilegiar o apoio social a idosos.

No território de intervenção a rede social de apoio a idosos, em particular através do trabalho desenvolvido pelas IPSS's, desempenha um papel de extrema importância, não só social e assistencialista, mas também na estrutura do emprego e da economia local.

Apesar da razoável dotação ao nível de infra-estruturas, registam-se ainda importantes carências quer na oferta de algumas valências, em especial a de lar de idosos e a de centros de convívio, como também ao nível da qualidade dos serviços prestados. Recursos humanos qualificados, dinamização de iniciativas e actividades de animação e lazer, apoio psicológico e serviços de enfermagem, equipamentos de reabilitação, são exemplos de áreas onde é imperativo intervir. No contexto da ELD identificaram-se duas tipologias de apoio:

- Melhorar a dotação e as condições das estruturas de apoio a idosos, de forma a proporcionar melhores serviços e condições.
- Diversificar os serviços das organizações da economia social, assim como avaliar e renovar as modalidades da sua prestação/distribuição. Serão favorecidas as iniciativas inovadoras (ex. serviços itinerantes de apoio social e de animação), promotoras do bem-estar físico, psíquico e social dos idosos.

Promoção e Reforço das Componentes Organizativas e das Competências dos Agentes Locais

Assumido politicamente como o grande desígnio estratégico do País, a qualificação e formação profissional tem no quadro da ELD um papel nuclear, sendo complementar a cada umas das áreas e sectores com enquadramento na Estratégia. Apresenta, deste modo, um carácter sistémico e tem implícito, através do reforço das componentes organizativas e das competências dos agentes locais, produzir impactos em diferentes dimensões:

- na dimensão individual, fornecendo aos indivíduos a oportunidade de adquirir conhecimentos e competências e de validar saberes empíricos e aptidões profissionais;
- na dimensão económica, promovendo quer a valorização/adaptação de conhecimentos empíricos em sectores com potencialidades económicas consideráveis, quer a produção/aquisição de conhecimentos adaptados à evolução das tecnologias e dos mercados, constituindo a base essencial da competitividade das empresas e dos territórios periféricos;
- na dimensão territorial, permitindo aprofundar o conhecimento do próprio território, realçar o património de saberes-fazer tradicionais e afirmar/enriquecer a cultura local e identidade territorial;
- na dimensão social, potenciando a igualdade de oportunidades, a inserção social e profissional e a aprendizagem e afirmação da cidadania.

Para gerar efeitos nestas diferentes dimensões, a estratégia deverá passar pela dinamização de acções de formação, informação e sensibilização territorializadas e diversificadas. Atendendo ao carácter transversal deste objectivo estratégico, as iniciativas deverão focalizar-se nas seguintes áreas/sec-tores:

- Hotelaria, restauração e serviços turísticos, de modo a promover a qualidade turística de produtos, organizações/serviços e recursos humanos.
- Artesanato, Artes e Ofícios Tradicionais, privilegiando a formação em actividades e ofícios tradicionais em risco de desaparecerem e/ou com oportunidades de desenvolvimento e de criação de emprego.
- Economia social, contribuindo para melhorar o desempenho e eficiência das organizações de cariz social. Serão privilegiadas acções de formação e/ou sensibilização em áreas ligadas à geriatria, cuidados paliativos, reabilitação, acolhimento residencial, animação e desenvolvimento pessoal.
- Actividades em áreas/sectores fileira e/ou especializadas na exploração e gestão do território, nomeadamente agro-alimentares, energias renováveis, produção biológica, áreas relacionadas com temáticas como a micologia, ervas aromáticas e medicinais, frutos silvestres, entre outras.
- Gestão de PME e Empreendedorismo, de modo a promover a inovação nas áreas da tecnologia, design, apresentação, marketing e organização empresarial.
- Cidadania e Animação Territorial, através da dinamização e organização de eventos culturais e de iniciativas de informação e sensibilização em áreas de interesse para as populações, promovendo a cidadania activa e participativa. Serão ainda promovidas acções de formação destinadas aos corpos associativos na área da animação sócio-cultural, contribuindo para melhorar a eficiência e eficácia das suas intervenções.





Fixação de População nos Aglomerados Rurais

Atenuar a tendência de desertificação dos aglomerados rurais fixando população em meio rural constitui o objectivo último da ELD, sendo o corolário da aplicação das estratégias definidas para cada uma das áreas/sectores definidas como estratégicas. Não obstante a sua importância, estas acções por si só não irão resolver o problema da desertificação, sendo necessário complementar com medidas mais incisivas de incentivo à fixação de pessoas. Com efeito, como resultado do processo de regressão populacional das últimas décadas, a Região encontra-se hoje muito envelhecida, com as condições naturais indispensáveis para se renovar muito limitadas, face à dimensão actual, sem o contributo de população proveniente do exterior.

Para colmatar esta debilidade estrutural definiram-se um conjunto de políticas activas de acolhimento que facilitem a instalação de novos residentes como resposta aos movimentos migratórios das cidades para o campo, tentando desta forma contrariar o saldo fisiológico negativo e evitar a saída da população mais jovem e dinâmica. Em termos operacionais pretende-se:

- Criar estruturas de apoio multiserviços a residentes e novos residentes;
- Dinamizar estratégias de acolhimento a novos residentes das zonas rurais;
- Desenvolver campanhas de incentivo à fixação de jovens nas zonas rurais.

Conclusão

A concretização dos Objectivos Estratégicos deverá contribuir para, em conjunto, tornar a Região atractiva, detentora de uma identidade singular, de uma imagem de marca forte e qualificada e de um conjunto de vantagens económicas, sociais, culturais e naturais, dando às empresas e indivíduos condições únicas de localização e de vida.

Em territórios rurais de baixas densidades a eficácia na aplicação das políticas depende da parceria e repartição das responsabilidades, tanto ao nível da tomada de decisão como na sua implementação e gestão. Esta concepção tem implícita a formação de parcerias através de redes de cooperação entre os vários agentes - associações, empresas, organismos públicos, IPSS's - e escalas territoriais - Locais, Regionais, Inter-Regionais e Transnacionais. Foi neste contexto que se atribuiu à Cooperação um papel nuclear, vindo reforçar a efectivação dos objectivos estratégicos.

O que está em causa é, por um lado, o aproveitamento das "economias de proximidade", para obter massa crítica, diversificação e dimensão funcional que aumentem as vantagens comparativas e o potencial de inovação e, por outro, estruturar sistemas locais e sub-regionais densos em factores dinâmicos de desenvolvimento económico e de criação de emprego qualificado, de forma a contribuir não só para o aumento da competitividade, da qualidade do emprego e da coesão social e económica, como ainda para melhorar o desempenho das redes de equipamentos sociais, culturais, desportivos e económicos.

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO (MEL)

	Hierarquia dos Objectivos	Indicadores				
		Objectivos Especificos	Objectivos Operacionais	Impacto	Meta 2013	Medida/ Acção do PRODER
Objectivos Estratégicos	1 Valorização, preservação e promoção do património e identidade cultural dos territórios rurais	Desenvolvimento de estratégias territoriais integradas e sustentáveis de valorização e qualificação dos espaços rurais	<ul style="list-style-type: none"> Recuperar, preservar e valorizar construções rurais tradicionais. Recuperar e refuncionalizar edifícios de traça tradicional para fins culturais, sociais e turísticos. Recuperar, preservar transmitir saberes e tradições locais. Potencializar de forma sustentável os recursos naturais (ambiente, paisagem, floresta, recursos aquíferos e termais) com base em projectos que viabilizem uma valorização económica mais consentânea com as potencialidades e mercado dos mesmos. 	<ul style="list-style-type: none"> Valor Acrescentado Adicional (VABpb - Crescimento Anual em %) N.º Adicional de Empregos Líquidos Criados 	0,6-1,2% 20-29	3.2.1
Objectivos Estratégicos	2 Diversificação, modernização e qualificação da Economia Rural promovendo a sua competitividade	Dinamização da estrutura socio-económica, atraindo investimentos e gerando riqueza e valor acrescentado às produções locais	<ul style="list-style-type: none"> Promover a criação, modernização e capacitação de pequenas e médias empresas em meio rural Incentivar a profissionalização e a valorização económica de saberes e ofícios tradicionais Apoiar iniciativas de divulgação, promoção e comercialização dos produtos agro-alimentares e artesanais da Região 	<ul style="list-style-type: none"> Valor Acrescentado Adicional (VABpb - Crescimento Anual em %) N.º Adicional de Empregos Líquidos Criados 	0,35-0,70% 33-37	3.1.2
Objectivos Estratégicos	3 Criação de novas fontes de rendimento e de emprego nas explorações agrícolas	Diversificação das actividades nas explorações agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> Promover actividades não agrícolas de carácter inovador e pioneiro nas explorações agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> Valor Acrescentado Adicional (VABpb - Crescimento Anual em %) N.º Adicional de Empregos Líquidos Criados 	0,34-0,68% 32-36	3.1.1
Objectivos Estratégicos	4 Promoção e valorização do sector turístico da BIS	Desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer em meio rural	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar e qualificar o alojamento turístico de pequena escala nas modalidades de Turismo em Espaço Rural Promover o desenvolvimento de produtos e serviços turísticos Incentivar a criação de unidades comerciais vocacionadas para o mercado do turismo Desenvolver conteúdos de promoção e divulgação turística distintivos e inovadores 	<ul style="list-style-type: none"> Valor Acrescentado Adicional (VABpb - Crescimento Anual em %) N.º Adicional de Empregos Líquidos Criados 	0,31-0,62% 29-33	3.1.3

	Hierarquia dos Objectivos	Indicadores				
		Objectivos Especificos	Objectivos Operacionais	Impacto	Meta 2013	Medida/ Acção do PRODER
Objectivos Estratégicos	5 Melhoria da Qualidade de Vida da População Rural	Promoção da animação territorial e combater a exclusão social	<ul style="list-style-type: none"> Preservar, reabilitar e modernizar os equipamentos e infra-estruturas colectivos, fomentando a sua gestão integrada e potenciar a sua utilização Dinamizar e promover actividades de animação criativas e inovadoras, promotoras do bem-estar social Melhorar a dotação e as condições das estruturas de apoio social, em especial a idosos Diversificar os serviços/produtos das organizações da economia social, assim como avaliar e renovar as modalidades da sua prestação/ distribuição, por forma a responder - com qualidade e de forma personalizada - a necessidades colectivamente sentidas 	<ul style="list-style-type: none"> Valor Acrescentado Adicional (VABpb - Crescimento Anual em %) N.º Adicional de Empregos Líquidos Criados 	0,40-0,80% 5-8	3.2.2
Objectivos Estratégicos	6 Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências dos agentes locais	Desenvolvimento de acções e serviços de educação, informação e formação	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a capacitação técnica dos agentes económicos ligados às áreas/fileiras estratégicas: turismo, agro-alimentares, artesanato Qualificar os recursos humanos ligados a prestação de serviços sociais de proximidade Dinamizar e organizar eventos culturais e iniciativas de informação e sensibilização de modo a promover a cidadania activa e participativa 	<ul style="list-style-type: none"> N.º Adicional de Empregos Líquidos Criados 	4-6	3.2.2
Objectivos Estratégicos	7 Fixação de população nos aglomerados rurais	Atenuamento da tendência de desertificação dos aglomerados rurais	<ul style="list-style-type: none"> Fixar pessoas, em especial jovens, nos meios rurais Criar estruturas de apoio multiserviços a residentes e novos residentes 	<ul style="list-style-type: none"> Valor Acrescentado Adicional (VABpb - Crescimento Anual em %) N.º Adicional de Empregos Líquidos Criados 	0,60-1,20% 6-6	3.2.1



ROSTOS, NOMES, EXPECTATIVAS

DA PARCERIA DA BEIRA INTERIOR SUL



Joaquim Morão [Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova]



Arnaldo Brás [Associação de Desenvolvimento Amato Lusitano – Castelo Branco]



Armindo Jacinto [NATURTEJO – Empresa de Turismo, E.I.M. – Castelo Branco]



Paulo Águas [Associação de Protecção Integrada e Agricultura Sustentável do Zézere (APPZÉZERE) – Fundação]



António Manuel da Fonseca [Cooperativa de Produtores de Queijo da Beira Baixa – Idanha-a-Nova]



Armando Fernandes em representação de **Fernando Dias de Carvalho** [Associação Portuguesa de Pais e Amigos Do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) – Castelo Branco]

I.

Fomos ouvir as pessoas que representam as instituições que compõem a Parceria para o Desenvolvimento da Beira Interior Sul – GAL Beira Interior Sul, baseada numa ELD – Estratégia Local de Desenvolvimento, apresentada pela ADRACES e reconhecida pela autoridade de gestão do programa PRODER.

Parceria recém-formada na qual depositamos grandes expectativas, dada a diversidade e competência da generalidade das instituições e personagens envolvidas.

Quisemos «tomar o pulso» à maioria dos parceiros, em relação à disponibilidade de cada um para participar no trabalho comum da Parceria. Por manifesta falta de tempo e desencontros de agenda, não pudemos ouvir todos.

A totalidade dos que pudemos ouvir manifestou com veemência a sua disponibilidade para colaborar e o seu interesse em que a PARCERIA tenha um funcionamento efectivo.

À partida, as intenções parecem as melhores, como diria o cego, *a ver vamos*, o que a prática nos reserva.

II.

De acordo com os interesses de cada um, segundo o sector de actividade que representam, foram muito ricas e diversas as análises sobre as potencialidades e dificuldades que se apresentam para o Desenvolvimento harmonioso e sustentado deste nosso território.

Da agricultura ao pequeno comércio; do turismo à educação; das florestas à conservação da natureza; da valorização do património ao despovoamento de largas áreas; da mobilidade das pessoas dos mais remotos lugares à necessidade absoluta de fixação de novos residentes; da melhoria dos serviços sociais à protecção sistemática e persistente de defender o emprego existente; da garantia de acesso dos produtos locais aos mercados de proximidade, como alavanca para a dinamização da produção local... muitas e motivadoras foram as conversas.

Porque entendemos não ser adequado transportá-las em detalhe para as páginas desta Revista, antes da sua discussão e eventual consensualização colectiva, aqui manifestamos a nossa inteira disponibilidade para as divulgar, em tempo julgado oportuno.



Ana Vaz [Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) – Castelo Branco]



António de Abrunhosa [Associação de Produtores de Tabaco (APT)/Associação de Produtores Florestais da Beira Interior (AFLOBEI) – Castelo Branco]



Nuno Lucas [Lar d. Bárbara Tavares da Silva/Associação Empresarial de Penamacor (AEPEN) – Penamacor]



Luís Miguel Pereira [Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão]



César Amaro/Alfredo Correia [Associação Comercial, Industrial e Serviços de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão – Castelo Branco]



João Pereira [Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior (APABI) – Castelo Branco]



João Carlos Sousa [Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento (CMCD) – Idanha-a-Nova]



Nuno Megre [OVIBEIRA – Associação de Produtores de Ovinos do Sul da Beira – Castelo Branco]



Fábio Baptista em representação de **Guardado Moreira** [Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco]



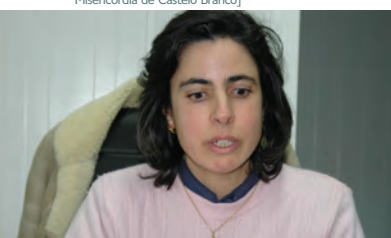
Hélder Silva/Jorge Gouveia [Associação de Estudos do Alto Tejo – Vila Velha de Ródão]



Pedro Robalo [Associação de Produtores Biológicos da Raia (BIORAIA) – Idanha-a-Nova]



João Ludgero dos Santos [Quinta dos Trevos – Ladoeiro]



Fátima Lourenço [Lourenço & Filhos, Lda. – Vila Velha de Ródão]



Paula Teixeira [Associação de Formação Florestal e Ambiental (AFAF) – Castelo Branco]



João Fernandes Antunes [NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco/Cooperativa de Produtores de Queijo da Beira Baixa]



Paulo Cunha [Associação de Regantes da Beira Interior (ARBI) – Ladoeiro]

III.

De todos ouvimos manifestações de disponibilidade para participar, mas de ninguém trouxemos a promessa de trabalhar para motivar a participação dos outros.

De todos ouvimos mais ou menos latentes as ideias dos benefícios que esperam retirar por *pertencer à parceria*, mas ninguém nos disse o que pensava aportar para benefício dos outros membros.

Assim, vai ser difícil.

A ideia de que uma parceria é uma espécie de árvore que dá frutos sem que ninguém dela trate parece-nos bastante generalizada, o que é natural, dadas as práticas até hoje dominantes...

Da presente situação, até se chegar à compreensão de que a produção gerada pelo funcionamento da entejuda entre parceiros, decorrente dum maior e mais confiante conhecimento mútuo, poderá vir a ser o mais importante dos projectos da Parceria... ainda há um grande caminho a percorrer.

IV.

Sem dúvida, a ADRACES, como entidade mais experiente na matéria, enfrenta aqui um enorme desafio, cujo desempenho determinará os resultados finais.

Tendo em consideração que as normas de gestão da aplicação das medidas do PRODER dificilmente permitirão afectar recursos para sustentar a dinâmica de funcionamento da PARCERIA, conseguirá a ADRACES encontrar os meios próprios necessários ao desempenho dessas incontornáveis tarefas de velar pela formação, organização, coesão, eficácia e funcionamento democrático duma PARCERIA tão vasta e diversificada como a actual? Eis a questão nuclear posta ao próprio futuro da ADRACES.

Na VIVER, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para ajudar a ultrapassar as dificuldades inerentes a este projecto ambicioso. Mas realizável, se, para tal, os parceiros continuarem disponíveis e interessados, num verdadeiro funcionamento solidário em benefício de todos quantos por cá moram e vivem. ■



© FishEye

TRABALHOS CICLÓPICOS

António de Abruñhosa

[Associação de Produtores Florestais da Beira Interior (AFLOBEI)]

A constituição da parceria do novo GAL/LEADER para os concelhos do sul da Beira Baixa é talvez a última oportunidade para relançar ou, até mesmo manter, uma série de iniciativas de promoção e desenvolvimento do meio rural na área que abrange, uma das mais pobres do país.

Qualquer turista que entre em Portugal por Vilar Formoso percebe instintivamente que, num tempo em que a agricultura era a actividade económica principal, a conquista da independência de Portugal, no caso da Beira Interior, foi muito ajudada pelas condições miseráveis que ela apresentava do lado de cá da fronteira quando comparada com o lado de lá.

Isto é: a fronteira ficou onde acabava a abundância e começava a miséria.

A situação perenizou-se e, séculos e séculos depois, continuamos a ser uma das regiões mais pobres de toda a Europa. Por razões físicas ou, mais pomposamente, edafo-climáticas: contam-se por poucos milhares os hectares de classe A, enquanto se contam por centenas de milhares os hectares de pedras e cabeços.

E como só chove no Inverno e o inferno é no Verão, onde não há barragens resta o feijão.

As descobertas levaram-nos alguns dos nossos melhores, como o Cabral de Belmonte que descobriu o Brasil, e que só voltaram para fazer palácios. Foi preciso esperar pelo séc. XIX e pela expansão do olival para que um trisavô meu quase se pegasse à pancada com Hintze Ribeiro para evitar que este desviasse o comboio da linha da Beira Baixa, fundamental para ele exportar o azeite mas decisivo no surto de industrialização que Castelo Branco conheceu depois. Em todo o séc. XX, só o cometa Ferreira Dias e algumas grandes famílias permitiram lançar um regadio que no seu apogeu atingiu 8 mil hectares (o Estado de Tocantins, no Brasil está a acabar um de 6 milhões ...) e no tempo de Guterres, um Beirão com a Beira no coração, lançaram-se as bases para outro regadio que, pasme-se, após 40 anos de esforços, talvez chegue aos 14 mil hectares.

Resumindo: a agricultura não parece ser o futuro desta região. Mas, como a

indústria o é cada vez menos e não se pode povoar uma região só com funcionários públicos, talvez se tenha de voltar a pensar na agricultura. Desde logo, porque o povo não desapareceu, apenas abalou para onde se come muito mas não se faz comida (não nascem couves no Colombo). E, depois, porque o que se come lá e não se faz cá, de algum lado virá e alguém o pagará. Foi mais ou menos a pensar nisto que os criadores da Comunidade Europeia inventaram a política agrícola comum. E, ainda hoje, os países mais desenvolvidos da Europa e do mundo têm poderosos sectores agrícolas. E se a coisa fazia sentido nos anos 50 quando os Chineses estavam longe do bilião e viviam felizes com uma malga de arroz por dia, faz muito mais sentido hoje quando 3 biliões de pessoas, que vivem para lá do meridiano que passa em Izmir, se habituaram já a comer frango e borrego ou porco e vaca ao almoço e ao jantar.

Por cá, como de costume, a coisa só entrará no impenetrável bestunto de quem tão a despropósito se intitula Ministro da Agricultura Nacional quando, como é provável, se voltar a assistir a um pânico dos mercados de bens alimentares; quando um conjunto significativo de países voltar a proibir as exportações de trigo, arroz e soja e uns cidadãos da aldeia de Campo de Ourique descubram, com enorme surpresa, que só têm pão fresco uma vez por semana.

É óbvio que a coisa não é para a semana que vem, mas é quase segura na década que vem.

Na Beira Baixa já não vamos a tempo de relançar uma agricultura produtiva de dimensão nacional depois da destruição pelo presente Ministro do último grande ciclo de investimento permitido pelo tabaco que teria sucedido

aos do trigo e do tomate. Resta-nos salvar produções especializadas de alta qualidade e revitalizar o meio rural com todas as contribuições que este traz a uma população cada vez mais imersa nos programas do Goucha ou nos Buzz das playstations.

É uma tarefa ciclópica em sentido literal, porque já só temos um olho (o outro já ficou em Bruxelas) e o dinheiro quase não dá para mandar cantar um cego.

Resta-nos a certeza de que temos um património cultural, gastronómico, histórico, literário, arquitectónico, paisagístico, ecológico que, com um módico de coordenação e muita divulgação, poderá fazer na Beira o que tanto êxito teve no Alentejo: associar uma imagem e uma série de conteúdos a uma identidade que, para a maior parte dos que abalaram, é sinónimo de si próprios. ■



© Fisheye



© Fisheye



A Appizêzere – Associação de Protecção Integrada e Agricultura Sustentável do Zêzere é uma associação constituída sem fins lucrativos de direito privado, declarada de Utilidade Pública, que tem como principais objectivos “promover a aplicação das Técnicas de Produção, Protecção Integrada e Modo de Produção Biológico, através de acções de formação, e fomentar a certificação dos produtos agrícolas oriundos destes métodos de produção agrícola”.

Esta organização, constituída pela vontade de agricultores e técnicos da região da Cova da Beira, tem vindo a desenvolver a sua actividade desde 1995, crescendo de uma forma sustentada e progressiva, apoiando os agricultores nas práticas da Protecção e Produção Integradas e Agricultura Biológica.

PROTECÇÃO INTEGRADA PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Paulo Pires Águas

A Appizêzere tem facultado aos seus associados uma assistência técnica regular nas diferentes culturas a que presta apoio (culturas permanentes e temporárias), tendo-se verificado uma importante evolução dos mesmos face aos métodos a que se propuseram, participando, muitos deles, em programas de produção exigentes e sujeitos a certificação do modo de produção, tendo até alguns partido para experiências de certificação para o mercado externo.

Apesar de nos últimos anos a evolução, em termos de número de associados e área, ser sempre muito gradual, tem-se notado uma grande sensibilização dos agricultores para métodos de produção agrícola sustentáveis e compatíveis com as exigências do mercado sendo frequente a abordagem à Appizêzere, através dos seus técnicos e colaboradores ou associados que já levam a cabo estas práticas, no sentido de se inteirarem acerca das mesmas, sendo a sua inscrição um acto responsável e ditado, muitas vezes, pelas regras comerciais que impõem a vontade dos consumidores.

Actualmente, a Appizêzere conta com 6 técnicos com formação superior na área das Ciências Agrárias, possuindo formação específica em Protecção e Produção Integradas e Agricultura Biológica para as diferentes culturas assistidas.

A Appizêzere tem ainda como actividade a elaboração de candidaturas dos agricultores seus associados aos diferentes programas comunitários de apoio, nomeadamente do agora pedido único, e projectos de investimento para modernização das explorações agrícolas e outros serviços relacionados com estas temáticas e que se revelam com interesse para a melhoria da actividade agrícola da região.

A formação profissional é outra das vertentes da actividade da Appizêzere. Reconhecida como entidade formada pela Direcção-Geral do Emprego e

das Relações de Trabalho (DGERT), a associação tem vindo a levar a cabo diversas acções de formação para agricultores, técnicos e distribuidores de Produtos Fitofarmacêuticos.

As áreas temáticas mais visadas na formação são aquelas em que a Appizêzere desenvolve actividade no apoio aos agricultores, nomeadamente Protecção e Produção Integradas; Agricultura Biológica; Aplicação, Comercialização e Distribuição de Produtos Fitofarmacêuticos e Processo de Gestão e Recolha de Embalagens de Pesticidas.

A Appizêzere faculta ainda aos agricultores seus associados, assistência técnica às suas explorações agrícolas, assistência essa regular, semanal, direccionada para cada exploração e com vista à produção de alimentos de qualidade e à minimização dos riscos associados à actividade agrícola, contribuindo para a melhoria da qualidade do ambiente e da saúde dos consumidores. A Appizêzere faculta aos seus associados, através dos técnicos ao seu serviço, informações relevantes relativas aos modos de produção agrícola e às práticas agrícolas ambientais associadas às suas realidades.

Nos últimos anos, a Appizêzere foi parceira de organismos institucionais e privados em diversos Projectos de Desenvolvimento Experimental e Demonstração (DE & D), financiados pela União Europeia, em temáticas de relevante interesse para as regiões onde desenvolve a sua actividade.

Em termos de representatividade a nível nacional, a Associação faz parte da Direcção do Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional.

Actualmente, a Appizêzere conta com 166 associados, presta assistência técnica a um total de 1970 hectares, constituídos maioritariamente por pomares de fruteiras e, em menor escala, vinha e olival. A área de intervenção da Appizêzere distribui-se por todos os

Concelhos do Distrito de Castelo Branco, Concelho de Portalegre e Concelho do Sardoal.

Os Concelhos constituintes da Beira Interior Sul apresentam, em muitas zonas, excelentes condições para o desenvolvimento de uma fruticultura competitiva e de qualidade, sendo mesmo muitas destas zonas já beneficiadas por perímetros de rega, traduzindo-se à partida numa vantagem e numa redução substancial nos custos de investimento. A fruticultura, a par de outras culturas regadas permanentes, poderá ser a resposta alternativa que muitos agricultores actualmente procuram, pela necessidade de alterar os seus sistemas culturais.

O que poderemos trazer para o grupo de trabalho do GAL-Beira Interior Sul é uma Associação constituída por muitos agricultores que têm investido, para além da qualidade dos seus produtos, na qualidade dos métodos de produção, em que os mercados de recepção são extremamente exigentes, nomeadamente os de exportação. Este trabalho tem sido acompanhado por uma equipa de técnicos, que conhece em pormenor as capacidades e limitações da estrutura fundiária do nosso território e das condições edafo-climáticas que as caracterizam.

Esperamos que a participação da Appizêzere no GAL - Beira Interior Sul seja uma mais-valia para a região, trazendo, através da sua experiência numa área de intervenção específica, um contributo valioso para o desenvolvimento equilibrado desta região. Queremos contribuir na resposta aos desafios institucionais no âmbito do PRODER, cientes de que as necessidades de investimento na nossa região são muito superiores ao que nos foi atribuído. No entanto, este factor não deverá ser motivo de desalento, nem de menor empenho nas tarefas que se avizinham.

Bem-Hajam! ■

OPINIÃO COM IDEIAS

João Ludgero

[Quinta dos Trevos, Ladoeiro]

Penso que estamos perante uma excelente oportunidade das pequenas e médias empresas se consolidarem reforçando, simultaneamente, as potencialidades regionais, dando visibilidade cultural e económica ao território.

As grandes empresas trabalham para mercados muito vastos. Possuem linguagens globalizantes, nada podendo fazer pela sublimação deste território enquanto detentor de um raro espólio arquitectónico, histórico e cultural.



Por este facto e porque acredito no trabalho humano, nas características de ser português, e particularmente beirão, na diferença que se manifesta no atendimento personalizado dos visitantes, na gastronomia que oferecemos, na arte que produzimos, na mensagem de vida que transmitimos, considero ser de fundamental importância o aparecimento destas pequenas e médias empresas locais como alavancas do desenvolvimento local.

Acredito que são necessárias redes formadas por pessoas, organismos e empresas com ideias originais, com vontade de correr o risco de criar coisas novas e soluções por vezes irreverentes, mas necessárias, para que aconteçam mudanças, para que o território não seja apenas um museu de pedras e história, mas um lugar onde acontece a

vida, onde a arte, a cultura, a arquitectura, a paisagem, e os eco-museus são respeitados, mas também onde paralelamente é possível fazer uma nova história, deixar novas marcas, novos conceitos, novas soluções de vida.

NO NOSSO CASO PESSOAL (OBJECTIVOS IMEDIATOS)

Criar condições na Quinta para alojar pessoas, que aqui viriam participar em workshops, seminários, encontros, para aprendizagem de algum ofício, ou simplesmente descansar.

HOTEL NÓMADA

Partindo do conceito muito divulgado em França das “Roulottes de campagne” construir um hotel composto por caravanas que pernoitarão uma noite em cada aldeia histórica.

A itinerância das Roulottes, o seu conceito boémio, nómada, aventureiro, aliado a um requinte de interiores, a uma logística que terá de ser irrepreensível, à oferta histórica, natural, cultural das aldeias históricas darão origem a uma oferta turística invulgar e original.

Actualmente, mantemos uma parceria com a Escola de Design de Castelo Branco, tendo sido já desenvolvidos alguns trabalhos válidos para ambas as partes. A escola teve a amabilidade de propor a um finalista do curso de Design a remodelação do espaço interior e a procura de um novo visual para estas unidades, tendo este trabalho de fim de curso sido posteriormente apresentado a uma equipa de docentes da escola. É importante para nós porque as nossas oficinas têm capacidade para produzir as Roulottes, uma vez que possuímos equipamentos para o trabalho de ferro e da madeira.

Ainda que o conceito do hotel nómada não fosse viável, estas roulottes funcionariam sempre como “gites”, alojamentos locais, colocadas estrategicamente na Quinta ou noutros locais, sendo sempre uma solução de alojamento de fim-de-semana diferente em Portugal. Mas a produção destas unidades poderá, após uma apresentação pública e um marketing correcto, fornecer estas roulottes a parques de campismo, a particulares que possuem terrenos onde não se pode construir, etc.

Finalmente faço uma sugestão: criar uma rede de lojas (uma em cada aldeia) sobre um mesmo conceito. Lojas essas que exporiam e comercializariam produtos da gastronomia à arte, provenientes dos projectos apoiados por estes programas comunitários. Estes espaços, estas lojas que venderiam uma ideia, deveriam ter um técnico (designer) que propunha inovações em parceria com os promotores fazendo o acompanhamento das produções nas empresas. ■



Aida Rechena
[Monsantina
Doutoranda em Museologia
Directora do Museu de
Francisco Tavares Proença Júnior]

MUSEUS CONTRA A IGNORÂNCIA

Uma das melhores frases alguma vez escritas sobre exposições museológicas é de Michel Thévoz: «**Exposer, c'est, ou ce devrait être, travailler contre l'ignorance, notamment contre la forme la plus réfractaire de l'ignorance: l'idée reçue, le préjugé, le stéréotype culturel**».¹

Esta frase só faz sentido quando entendemos os Museus como um instrumento ao serviço da educação, da democracia, da sociedade multicultural, promotores da cidadania, da inclusão social, da diversidade social e do desenvolvimento e não como meros recipientes ou contentores de bens culturais.

Qualquer um dos conceitos aqui utilizados é de difícil definição. Tomemos dois deles como exemplo: inclusão social e cidadania.

Para Anwar Tlili do King's College de Londres² o conceito de **inclusão social** em museus diz respeito ao conjunto de programas e acções que procuram derrubar barreiras que impeçam ou desencorajem as pessoas de grupos sociais sub-representados de aceder e utilizar os museus, e ainda contribuir para eliminar a exclusão social no sentido mais lato e melhorar a qualidade de vida.

Quem trabalha em museus sabe como eles podem ser intimidantes: desde o aspecto monumental dos edifícios onde estão instalados, aos títulos das exposições anunciadas com termos muitas vezes indecifráveis e que nos remetem para a nossa ignorância, até aos alienígenas ambientes museográficos criados em algumas exposições que nos fazem sentir desconfortáveis.

Tornar os museus inclusivos obriga a um repensar não só dos edifícios mas também dos conteúdos programáticos e expositivos, abrindo mais uma vertente de trabalho e de competências atribuídas aos museus e uma área de investigação para a museologia.

A cidadania por seu turno pode ser entendida de uma forma muito genérica como a consciência de pertença e de responsabilidade colectiva e a consciência dos direitos e deveres cívicos.

A prática da cidadania em museus obriga estas instituições a centrar a sua atenção no utilizador, a deixar espaço para que o visitante desenvolva o seu sentido crítico perante aquilo que lhe é mostrado numa sala de exposições. O visitante passivo

transforma-se em utilizador activo e o trabalho dos museus torna-se um serviço.

A vertente da cidadania em museus já é trabalhada há décadas pelos serviços educativos. Mas a promoção da cidadania associada à inclusão social, à diversidade social e à multiculturalidade, obriga os museus a sair de dentro de portas e a actuar em áreas que vão muito para além das actividades convencionais e técnicas relacionadas com as colecções, sendo chamados a trabalhar em parcerias com as comunidades locais, com organizações públicas, privadas e associativas, a contribuir para a formação contínua, o desenvolvimento comunitário, o empoderamento, a reabilitação urbana, a promoção das preocupações ambientais.

Mas voltemos ao título deste texto “museus contra a ignorância”. Podemos assumir que historicamente sempre os museus se assumiram como instituições a favor do conhecimento, pela promoção das artes e divulgação dos conhecimentos científicos, sempre associados ao mundo da cultura. Mas o que propõe Michel Thévoz é ainda mais difícil: trabalhar contra as ideias feitas, os preconceitos e os estereótipos culturais. Tanto umas como outros correspondem a processos que os psicólogos bem conhecem de formas mentais e sociais de organização e categorização, ou dito de outra forma, de “arrumação” e compreensão do mundo que está à nossa volta.

Talvez esse processo de descodificação do mundo e de relacionamento com o outro e com o desconhecido através de ideias feitas ou de estereótipos seja inerente ao ser humano. Mas o que não podemos deixar acontecer, em prol da inclusão social e da cidadania, é que essas ideias feitas, preconceitos e estereótipos tenham um impacto negativo sobre determinados grupos sociais e se reflectam em acções, posturas, palavras, projectos ou políticas que retirem ou diminuam os direitos desses grupos sociais.

E esse é também um trabalho dos museus.

¹ Thévoz, Michel. (1984). Esthétique et/ou anesthésie muséographique. In: Objets prétextes, objets manipulés. Musée d'Ethnographie : Neuchâtel. PP: 167.

² Tlili, Anwar. (2008). Efficiency and Social Inclusion: implications for the Museum Professions. Comunicação apresentada na Conferência Anual do ICTOP a 9 de Outubro. ULHT: Lisboa.

COOPERAR PARA DESENVOLVER

Domingos Santos
[Docente do IPCB]

© Fisheye

No decurso de um trabalho em que colaborei, tive oportunidade de conhecer um empresário da região que, sem ponta de ironia, afirmava basear a sua conduta no chamado código de ética do ilusionista:

**“Não dizer o que se faz;
Não fazer o que se diz;
Dizer o que não se faz;
Fazer o que não se diz”.**

Este episódio parece-me constituir, em boa verdade, uma metáfora bem ilustrativa de alguns dos desafios que enfrenta o mundo rural. Em grande parte do universo empresarial e institucional mais tradicional prevalece ainda esse espírito de solidão e de secretismo pouco esclarecido, de quem não percebeu a mudança e o significado dos novos tempos e dos novos desafios. A verdadeira grande ilusão é continuar a perspectivar as estratégias de inserção na economia-mundo como se tudo se resumisse ao velho chavão de que o segredo é a alma do negócio! Se os agentes mal se dão a conhecer, como podem criar laços de confiança que são o fermento de qualquer projecto de cooperação?

Os padrões e as dinâmicas sociais nem sempre se traduzem em formas de organização e resultados virtuosos: a proximidade pode ser uma importante fonte de inovação mas ela é, também, com

imensa frequência, a base de um certo atavismo e de formas rotineiras de interacção que bloqueiam a inovação social. A interacção de carácter cooperativo e estratégico é, a este nível, um instrumento fundamental. No fundo, a globalização torna ainda mais premente a necessidade de os actores locais se dotarem de planos e estratégias para se reposicionarem às escalas nacional e internacional. É importante que os territórios se abram ao mundo, mas de forma organizada e inteligente. Diferenciada. O mais importante para as comunidades locais é serem em si próprias. Sem esta confiança nos seus recursos, na sua inteligência, na sua energia, nenhuma alcançará o sucesso a que aspira.

A nova geração de políticas necessitará certamente de um quadro administrativo novo que seja capaz de ultrapassar a fragilidade de recursos da acção e das competências municipais e a deriva descoordenada das políticas sectoriais do Estado central. São necessárias instituições mais fortes e é imperioso alargar o quadro territorial das políticas locais e regionais. Só assim se combinarão mais recursos, mais instituições, maior densidade relacional – entre as regiões e os territórios vizinhos, e entre recursos e actores de proveniência diversa que sejam capazes de articular as várias actividades que concorram para o fortalecimento das fileiras económicas com maior capacidade competitiva.



© FishEye

Praticamente todos os programas operacionais de agricultura e de desenvolvimento rural funcionam segundo lógicas centralistas, sectoriais e “top-down”. A racionalidade de funcionamento é esta: adopta-se uma lógica de balcão receptora das procuras existentes, obrigando as candidaturas a subir na hierarquia até à ratificação ministerial. No Portugal rural real, entretanto, quase nada sucede. Não surpreende que isso seja tomado como quase irrelevante, ou, pelo menos, secundário, no quadro de uma administração labiríntica a que urge dar crescente legibilidade! Há, manifestamente, uma ausência de coordenação na base, quer técnica quer territorial, que retira coerência e eficácia aos projectos que aparecem. Dado que os dispositivos de animação sócio-empresariais em meio rural são muito raros e incipientes, não abundam projectos e, por outro lado, não há aproveitamento de complementaridades, dado o défice de coordenação de base.

Não admira, nestas circunstâncias, que um dos maiores reptos do planeamento do desenvolvimento rural português consista em passar de uma lógica de afectação sectorial de recursos para uma lógica assente nas reais capacidades e potencialidades dos diferentes territórios. O desafio passa, em larga medida, por perceber como é que este Estado centralista e distante se pode articular com essas lógicas territoriais e relacionar-se com as organizações em rede que devem, no terreno, estruturar, irrigar e estimular as dinâmicas de desenvolvimento rural.

Temos, em sùmula, um aparelho estatal demasiado centralizado, hierárquico e sectorializado, mas, também, justamente por via disso, demasiado frágil ao nível local. É preciso, localmente, criar

efeito de rede, aproximar os actores e dotá-los de referências de enquadramento estratégico. Importa, também, reequacionar a forma e o conteúdo dos municípios nestas questões do desenvolvimento rural. Sem querer, na ânsia de a tudo acorrerem, alguns municípios podem estar, perversamente, a abafar e a empobrecer as dinâmicas de desenvolvimento rural. Grandes protagonistas do desenvolvimento local, as autarquias locais, precisam de estar à altura da vastidão dos desafios contemporâneos que estes territórios enfrentam. Isso pressupõe, desde logo, colocar as pessoas, as instituições e as organizações no centro do debate e no foco das intervenções, porque são elas que estimulam, edificam ou, pelo contrário, bloqueiam as trajectórias de desenvolvimento – evitando, assim, municipalizar o desenvolvimento local.

Persiste, em Portugal, a lógica paternalista de que cabe ao Estado central representar o mundo rural nos processos de negociação, onde, por razões que são de todos conhecidas, existe um manifesto défice de capacidade reivindicativa. Mais descentralização, mais confiança nos diferentes actores locais, mais regulação institucional e maior conhecimento das realidades locais e regionais seriam caminhos seguramente mais eficazes e democráticos para o desenvolvimento rural integrado e participado.

É importante não continuar a persistir no erro de confundir estratagemas com estratégias. Temos de admitir que não temos todas as respostas. Mas, desde logo, será útil não confundir os sintomas com a doença. A doença existe muito antes dos sintomas. Os sintomas não são a doença, mas podem muito bem vir a constituir o início da cura. ■



Pretendemos hoje a construção de uma Europa Social, mais coesa e mais justa, onde estejam assegurados os princípios da democracia e da igualdade, nomeadamente da igualdade de oportunidades para todos, em Estados de Direito, isto é, cuja legislação salvguarde os Direitos Fundamentais dos Cidadãos... No entanto, paradoxalmente, assistimos ao progressivo acentuar de fenómenos de desigualdade relativamente aos quais todos temos a responsabilidade de contribuir activamente para lhes conferir visibilidade, sendo hoje a diversidade a característica mais abrangente do espaço comum europeu... não só pela quantidade de Estados-membros e países envolvidos pela União Europeia, como pela quantidade de diferenças regionais que cada um destes países comporta e que muito complexa torna a questão da aplicação relativamente homogénea da legislação comunitária...

E PARCERIAS DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ana Paula Fitas

[Doutora em Ciências Sociais - Estudos Portugueses - Cultura Portuguesa do Século XX]

Com a aprovação do chamado Tratado Reformador ou Tratado de Lisboa - o problema volta a estar na ordem do dia... o aperfeiçoamento legislativo de instrumentos capazes de conferir unidade ao mosaico europeu é uma tarefa sempre inacabada porque a realidade, vasta, plural e diversa de cada país e de cada população evolui constantemente trazendo à luz novos problemas a que, necessariamente, em nome do bem-comum, é preciso dar atenção... A União Europeia, no sentido de cumprir o seu maior objectivo que é o da construção de um espaço social e político coeso e justo, vai assistir, cada vez mais frequentemente ao colocar de questões que relevam da diversidade regional que a constitui e não poderá, de modo algum, ignorar estas realidades emergentes na medida em que isso significa, a médio e longo (senão mesmo, a curto) prazo, a condição essencial da sua sobrevivência como projecto político e que é, nada mais nada menos, do que a coexistência pacífica dos povos que a integram. A progressiva evolução federalista da União Europeia de que o Tratado de Lisboa, na sequência do Acordo de Schengen e dos Tratados de Maastricht e de Nice, é mais um exemplo, implica um duplo esforço acrescido: por um lado, ao nível interno de cada país, no sentido de serem promovidas políticas que assegurem a estabilidade económica, social e política e, por outro lado, em termos de equilíbrio na correlação de poderes entre os próprios Estados-membros ao nível dos organismos comunitários, de forma a que um velho fantasma não seja de novo reeditado: o da Europa a Duas Velocidades.

Há uns anos atrás muito se falou da Europa a Duas Velocidades, um conceito que significava que os ritmos de crescimento se iriam desenvolver diferenciadamente entre países ricos e países menos ricos (ou, para sermos mais directos: países pobres)... o problema, grave para todos os pequenos países (entre os quais se inclui Portugal), tentou resolver-se designadamente com o investimento num outro conceito, o da Europa das Regiões, com que se procuraram acautelar as previsíveis assimetrias de desenvolvimento, incentivando a promoção, no interior de cada país, de um planeamento capaz de dotar de competitividade e qualidade de vida as regiões, respeitando-se, contudo, as suas singularidades culturais e ambientais no quadro das mudanças económico-sociais a que a integração europeia obriga.

Daí o esforço que se veio proclamando nos últimos anos relativamente ao desenvolvimento regional que, no caso do nosso país, teve, como todos podemos constatar, reflexos evidentes na alteração da realidade rural tradicional que caracterizava o Portugal que tínhamos há 30 anos atrás mas que, como também muito bem sabemos, se mantém muito aquém dos indicadores desejados e indispensáveis para que nos possamos encontrar em igualdade de condições numa Europa onde os indicadores de desenvolvimento continuam a constatar que ocupamos o último lugar em categorias estruturais graves e que põem em causa o nosso futuro. É o caso do risco de empobrecimento que Portugal apresenta e que, desde 2005, o Eurostat regista como o maior da Europa, o caso do abandono escolar, o caso do envelhecimento populacional e, de forma particularmente evidente, o da precariedade laboral (já que somos um dos 3 países com mais elevado número de contratos de trabalho precários, designadamente atestáveis no número de recibos verdes em exercício e sobre os quais recaem obrigações fiscais desproporcionais relativamente aos rendimentos líquidos dos contribuintes... Esta questão merece, aliás, uma chamada de atenção para o facto de ser pressuposto que os recibos verdes existem para serem utilizados por quem trabalha por conta

própria podendo, nessa qualidade, usufruir de várias fontes de rendimentos, mas que, na verdade, são utilizados, regra geral, como formas de comprovação de salários resultantes de trabalhos precários cujos rendimentos resultam, na maior parte das vezes, insuficientes para a sobrevivência de quem se vê obrigado a utilizá-los). Por estas razões, destacadas de um conjunto de outras susceptíveis de serem enumeradas neste contexto, é urgente repensar o desenvolvimento regional, de modo a que não fique refém de grandes investimentos cujos frutos podem só vir a produzir-se no longo prazo... sob risco, nomeadamente, da desertificação os bloquear e de assistirmos a uma cada vez maior concentração populacional nas grandes cidades e, consequentemente, ao aumento das suas chamadas "bolsas de pobreza" ou no acentuar da emigração que os restantes países europeus também não vão tendo capacidade para continuar a absorver, durante muito mais tempo... Os diagnósticos regionais estão feitos... há décadas que neles se investe... Porém o que urge, nesta altura, é rever as metodologias e a adequação dos instrumentos de intervenção dos agentes de desenvolvimento... por isso, considero da maior importância o investimento das associações e instituições sediadas no terreno em redes de parceria que viabilizem projectos susceptí-

veis de serem aplicados em territórios diversos, mas que contribuam, em todos eles e de forma proporcional, para o equilíbrio dos indicadores de qualidade de vida e produtividade de cada localidade e/ou região.

As parcerias são hoje um factor determinante para a consistência dos projectos a desenvolver, já que o desenvolvimento é um processo integrado de valorização articulada de competências que configuram a coesão socio-económica e cultural nacional. Neste sentido, as sinergias conjuntas dos contributos provenientes de várias fontes associadas em parceria permitem, à partida, prever a construção de um planeamento diverso, enriquecido e com mais garantias de sustentabilidade. Além disso, confrontados que estamos com uma crise financeira mundial de consequências graves por toda a Europa e, em particular, na frágil economia nacional, o recurso às parcerias pode constituir-se como um veículo de candidatura ao financiamento comunitário e, mais importante que isso, o trabalho em parceria pode, finalmente, ajudar a consolidar as indispensáveis condições prévias à aquisição e exercício das competências que nos garantirão competitividade e produtividade... em áreas estratégicas como a formação e qualificação dos recursos humanos locais e regionais e a criação de emprego. ■



O SONHO DO OU UM AZEITE DE SONHO?

João Miguel Pereira
[APABI - Associação de Produtores
de Azeite da Beira Interior]

Comecemos pelo fim: o Azeite Malpica do Tejo foi o primeiro a ser qualificado como Denominação de Origem Protegida (DOP) – Azeite da Beira Baixa – na história agrária da Beira Interior. Esta constitui, desde logo, uma pista para a vossa interrogação mais que provável: onde fica Malpica do Tejo? É uma aldeia a 20 quilómetros a sul da cidade de Castelo Branco, sem retorno e cujos os limites se despenham no Rio Tejo, onde este começa a entrar em Portugal.

Esta “história” ultrapassa claramente o universo do azeite, pois foi gerada pelo verdadeiro motor do desenvolvimento que, apesar de tão apregoado, é tão pouco valorizado: o capital humano.

Numa aldeia da Beira Baixa mutilada de gente, como a maior parte do interior de Portugal, há 6 anos nasceu um sonho: recuperar o lagar de azeite da Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Malpica do Tejo. A tarefa de modernizar um lagar de azeite obsoleto de 6 prensas hidráulicas, num edifício em ruínas, numa cooperativa rodeada de imposições e ameaças legais ao seu encerramento pelos organismos oficiais, constituída por uma população de cooperantes desmotivada e ausente, só poderia mesmo ser um sonho...

E é neste ponto que se deu a viragem, pois as pessoas da Cooperativa (ou melhor do “alagar” como dizem na aldeia), motivadas por um grupo de sócios, acreditaram que tal seria possível como o tinha sido, há 50 anos atrás, quando a maior parte dos seus ascendentes tinha conseguido constituir a Cooperativa e erguer um lagar de azeite, que na altura foi considerado um ex-libris na região.

O sonho do azeite materializou-se num lagar moderno, pela introdução de um sistema contínuo de extracção de azeite a duas fases e um conjunto de equipamentos garantes do objectivo máximo do sonho: a extracção de azeites de elevada qualidade e passíveis de reconhecimento da DOP Azeite da Beira Baixa que, estranhamente e apesar de legalmente consignada há cerca de 10 anos, nenhuma estrutura produtiva de azeite na região a tinha operacionalizado.

Apesar do auto-convencimento de que o azeite de Malpica do Tejo era o “melhor do mundo” (à semelhança de tantos outros sentimentos desta natureza relativos a outros produtos e regiões do país), as análises químicas e sensoriais não o comprovavam; havia, sim, um grande potencial, não obviamente para o melhor azeite do mundo (expressão sempre de carácter duvidoso), mas para a produção de azeites de elevada qualidade. Era necessário adequar a tecnologia à realidade da extracção de azeite e sobretudo estar junto dos produtores, conquistar a sua confiança e consciencializá-los sobre as boas práticas no olival e no lagar: tratamentos fitossanitários dos olivais, transporte de azeitona

em caixas perfuradas, entrega da azeitona no lagar no dia da colheita, optimização da tecnologia de extracção de azeite associada às condições higio-sanitárias requeridas para este tipo de agro-indústria. Enfim, uma tarefa pacientemente invisível e que constitui o único modo para um envolvimento permanente dos olivicultores no quotidiano da Cooperativa.

Para além dos apoios estatais, a concretização deste sonho deveu-se fundamentalmente, e este será porventura o dado mais significativo, à participação financeira de quase 500 euros por cada um dos 400 associados da Cooperativa. Hoje, exibem com orgulho o seu lagar de azeite a quem os visita.

Em 2001, mais de que a recriação do novo e moderno lagar de azeite de Malpica do Tejo, a Cooperativa assumiu o seu verdadeiro estatuto de ser algo mais que um lagar de azeite, que apenas abria as suas portas entre Novembro e Dezembro de cada ano: passou a funcionar todo ano, a prestar outros serviços de apoio às pessoas da aldeia e criou dois postos de trabalho permanentes, com idade média de 29 anos.

Tudo isto numa aldeia com 700 habitantes, perdida algures no dito “país profundo” que, desta forma, conseguiu garantir a continuidade da denominada “Festa da Apanha da Azeitona” (que ocorre todos anos no mês de Novembro, alimentada pela população flutuante, que, vinda de todos os pontos do país, quase que triplica a população residente) e, assim, perpetuar o seu sonho do azeite.

A partilha deste sonho com os consumidores sucedeu em 2002, com o lançamento no mercado do primeiro azeite qualificado como Azeite da Beira Baixa - DOP. Até esta data todo o azeite era escoado a granel. A título pessoal, guardo desta altura uma imagem que me marcou profundamente: um olivicultor de 90 anos de idade com uma garrafa do azeite da sua terra e os olhos lacrimejando...

Por fim, será o Azeite Malpica do Tejo um azeite de sonho? A resposta a esta questão apenas poderá ser dada por vós, os consumidores, se tiverem a oportunidade de o degustarem... ■



ESTES SÃO DE LONGE, MAS VIZINHOS EM FRATERNIDADE! A 3ª EDIÇÃO DA: UNIVERSIDADE RURAL DO OCEANO ÍNDICO

A terceira edição da Universidade Rural do Oceano Índico, nosso parceiro nas Universidades Rurais Europeias, realizou-se de 16 a 18 do passado mês de Dezembro, na Ilha da Reunião, em pleno Oceano Índico, a uns seiscentos quilómetros das costas de Moçambique.

Por iniciativa da Câmara Municipal de Saint-Joseph, e com a realização a cargo da “Casa de Turismo do Sul Selvagem”, sob o lema: “OS DESAFIOS DO PLANETA RURAL”, duas largas centenas de pessoas, maioritariamente residentes na ilha, mas também vindos de França, de Madagáscar, das Ilhas Maurícias e de Portugal, debateram as questões das tradições rurais como fonte de inovação e modernidade.

Quer a equipa de eleitos, Câmara e Conselho Municipal com o seu dinâmico Presidente à cabeça, Senhor Patrick Lebreton, quer o pessoal da Casa do Turismo liderada pela figura de insuperável gentileza do seu Presidente Senhor Azeddine Bouali e família, foram, mais uma vez, exemplos da arte de bem receber.

A Ilha da Reunião, designada com “a filha do vulcão” mantém, de maneira intermitente, um ou dois vulcões em actividade.

O Município de Saint-Joseph, conjuntamente com os Municípios de Saint Philippe e Petite-Ile, formam, no extremo sul da ilha, um território animado e promovido sobre a designação de “Sud Sauvage” (Sul Selvagem).

Patrick Lebreton, o jovem Presidente da Câmara de Saint-Joseph, é igualmente deputado ao Parlamento Francês, eleito pelos eleitores “reunioneses”, e membro do Conselho de Administração da APURE.

A Direcção da APURE, representada Camilo Mortágua e Josy Richez, respectivamente presidente e vice-presidente, foram magnificamente recebidos e acompanhados pelo presidente da casa do Turismo do “Sud Sauvage”, Senhor Azedinne Bouali, que levou a sua gentileza ao ponto de nos facultar um espectacular passeio de Helicóptero para sobrevoar o “Piton da la Fournaise,” vulcão ainda em erupção.

EM 2010 A DÉCIMA UNIVERSIDADE RURAL EUROPEIA NA ILHA DA REUNIÃO

Durante a terceira Universidade Rural do Oceano Índico, procedeu-se à assinatura do protocolo que confia à Municipalidade de Saint-Joseph e seus parceiros a responsabilidade de organizar a décima universidade rural europeia, naquele departamento ultramarino francês, no ano de 2010.

Tanto a Direcção da APURE, como o seu secretariado geral assumido pela ADRACES, estão empenhados, conjuntamente com as entidades organizadoras desta magna reunião, a tudo fazer para facultar as melhores condições possíveis de participação a todos os associados residentes no Continente europeu, incluindo os associados portugueses. Neste sentido, convidamos todos os interessados em participar desta inesquecível ocasião de descobrir a paradisíaca ilha da Reunião e de actualizar o debate sobre os problemas do mundo rural europeu e mundial, a manifestarem as suas intenções e solicitações provisórias de reserva, a fim de, com a antecedência desejada, assegurar os meios de transporte correspondentes, contactando o Secretariado Geral da APURE. ■



CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM FRANÇA (PARTE II)

Aníbal de Almeida

ENVELHECIMENTO

Ao longo dos últimos 50 anos a Comunidade Portuguesa constituiu-se, consolidou-se e inseriu-se harmoniosamente na sociedade francesa, tendo progredido de forma económica, social, profissional e cultural.

Entretanto, com o tempo que foi passando, a dita primeira geração entrou na fase do envelhecimento, seguindo o movimento generalizado, de âmbito mundial, provocado essencialmente pelo aumento da esperança de vida e pela diminuição da taxa de fecundidade.

Os dados estatísticos disponíveis levam a concluir que a Comunidade Portuguesa em França não só não escapa ao fenómeno do envelhecimento a que se assiste mas que é mesmo atingida com maior acuidade. A «primeira geração» chegou em grande número entre 1962 e 1974, a maioria com idades compreendidas entre 15 e 35 anos. A sua chegada à idade da reforma também seguirá a mesma tendência: 37% dos portugueses residentes em França tinham mais de 40 anos aquando do recenseamento de 1990, taxa que atingiu 51% em 1999, sendo certamente mais de 300 000 os que deverão pedir a reforma até 2020 e certamente outros tantos dos que trabalharam durante algum tempo em França mas regressaram a Portugal, devendo atingir a idade da aposentação durante o período em consideração.

Aliás, são muitos os que sofrem de envelhecimento precoce em consequência da dureza da vida e dos empregos exercidos, penosos para muitos, expostos às intempéries ou a produtos nocivos, com muitas horas diárias trabalhadas, incluindo, muitas vezes, os Sábados e os Domingos, sendo frequente a ocorrência de acidentes de trabalho, de doenças profissionais e de invalidez.

Neste contexto, convém referir os idosos ainda jovens, obrigados a interromper a actividade profissional por razões de saúde, de incapacidade física ou de perda do emprego por volta dos 55 anos ou mesmo mais cedo. Pode dizer-se que muitos são «velhos» fisiologicamente cada vez mais tarde e profissionalmente cada vez mais cedo.



Apesar da amplitude deste movimento, ao procurar conhecê-lo melhor, verificou-se que os dados fidedignos escasseavam e que este tema era muito pouco abordado ou apenas o era superficialmente.

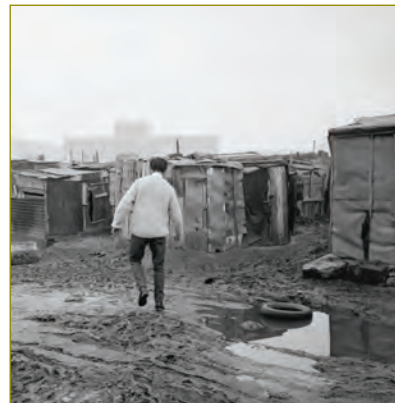
Não havendo estudos sobre tal matéria e não se dispondo de comunicação de dados por parte das instituições competentes, era impossível ter-se ideia da situação e da evolução previsível, apesar das consequências terem implicações a nível de Portugal e da França mas também da União Europeia, sobretudo por se tratar duma população que se inscreve no âmbito da livre circulação dos trabalhadores.

Os próprios organismos directamente implicados eram incapazes de apresentar a configuração de tal problemática, pelo menos na sua globalidade. Os poucos dados de que dispunham referiam-se essencialmente às prestações pagas, mas somente aos beneficiários da segurança social francesa, com residência em Portugal.

Aliás, de entre esses organismos, alguns, ao serem abordados, manifestaram-se pouco motivados para comunicar as informações de que dispunham. Verificou-se mesmo uma certa hostilidade quando se começou a trabalhar no sentido de se fazerem buscas que permitissem ter conhecimento concreto da realidade presente, assim como da evolução futura e das respectivas consequências de ordem social, económica, política e cultural.

1097/11a – passage clandestin d'immigrés portugais à travers les Pyrénées – mars 1965
© Gerald Bloncourt

1067/5 – immigré portugais dans bidonville région parisienne – 1967
© Gerald Bloncourt



Entretanto, a Santa Casa da Misericórdia de Paris, estabeleceu uma franca colaboração com a CNAV e com a colaboração da nossa Embaixada em Paris, assim como com a União das Misericórdias Portuguesas, de que resultou a recolha de dados quantitativos e qualitativos que permitem ter conhecimento da situação presente e das perspectivas futuras. Aliás, acaba de ser publicado um estudo intitulado “Os Portugueses de França na Hora da Reforma”.

BENEFICIÁRIOS DA CNAV NASCIDOS EM PORTUGAL

Tendo em conta os regressos que ocorreram entretanto, os totais, já referidos, a que chegaram Jacques Delorme e a Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, correspondem, aproximativamente, à realidade. Com efeito, os dados estatísticos comunicados pela Direcção “des Assurés de l'Étranger” da CNAV¹ indicam que, no mês Dezembro de 2002, constavam nos seus ficheiros 1 240 417 beneficiários nascidos em Portugal, dos quais 82 429 falecidos e 59 845 que, apesar de terem mais de 65 anos de idade, não requereram a pensão de velhice que lhes era devida.

A sua distribuição por grupos etários era a seguinte:

Menos de 22 anos – 15 812
de 23 a 32 anos – 69 815
de 33 a 42 anos – 214 870
de 43 a 52 anos – 232 357
de 53 a 62 anos – 286 989
de 63 a 72 anos – 225 885
de 73 a 82 anos – 129 524
83 e mais anos – 65 165

Destes contribuintes 722 373 são do sexo masculino (63 964 falecidos) e 518 044 do sexo feminino (18 465 falecidos).

Estes dados dizem respeito unicamente ao regime geral. Até ao momento não foi ainda possível obter elementos relativos aos demais regimes, particularmente ao da agricultura, ao dos artesãos e ao dos comerciantes, os quais contam certamente um número relativamente importante de contribuintes nascidos em Portugal. Só na agricultura, os trabalhadores sazonais representam 166 564, entre 1959 e 1988, segundo dados estatísticos do ONI. Além disso, estão excluídos todos aqueles que nasceram em França, mesmo que apenas tenham a nacionalidade portuguesa.

Pode concluir-se, portanto, que o número de portugueses que cotizaram para os diferentes regimes franceses de velhice, nascidos em Portugal, deve ultrapassar o milhão e meio. Só os do regime geral, considerados ainda vivos, totalizavam 1 157 988 no final de 2002, dos quais, mais de 600 000, regressaram a Portugal ou partiram para outros países, depois de terem trabalhado em França.

Entre 1998 e 2007, houve um pouco mais de 150 159 novos inscritos na Segurança Social francesa, nascidos em Portugal, 70 305 do sexo masculino (46,8%) e 79 854 do sexo feminino (53,2%).

Em 1997, 468 580 continuavam a sua actividade em França, com entrada de cotizações ou em situação equivalente. O salário médio anual sobre o qual foram calculadas as contribuições para a Segurança Social, foi de 13 720,41 euros

para os homens e de 9 842,32 euros para as mulheres, mas apenas 4 207,59 euros para as empregadas domésticas que eram 34 875.

O salário médio para base de cálculo das reformas será, portanto, baixo e mesmo muito baixo, em certos casos. Nestas circunstâncias, a média geral das reformas estatutárias, se fossem liquidadas segundo as normas actualmente em vigor, à taxa plena, sem revalorização dos salários, seriam de cerca 570 euros para os homens (6 840 euros anuais), de 410 para as mulheres (4 920 euros anuais) mas somente 175 euros por mês para as empregadas de casa e outros serviços aos particulares (2 100 euros anuais).

Note-se que estes montantes são confirmados pelas pensões de velhice pagas em Dezembro de 2002 aos reformados nascidos em Portugal, com residência em França: 622,62 euros mensais para os homens (46 621) e 464,05 euros para as mulheres (38 168).

Entretanto, convém referir que a média anual das pensões de velhice dum casal de reformados nascidos em Portugal, com residência em França, é, por conseguinte, da ordem de 11 750 euros, enquanto que, segundo A. Deloffre nos trabalhos do «Observatoire de la Pauvreté»², a média anual dum casal francês com 73 anos de idade, era de 16 500 euros e a de um reformado só, com 75 anos, de 14 300 euros.

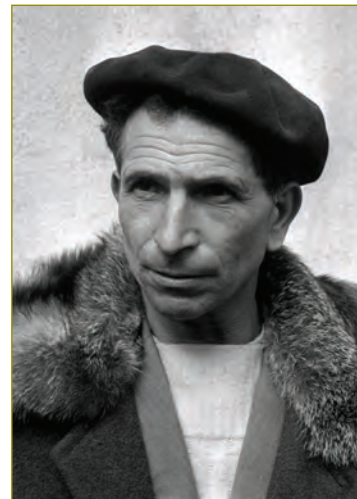
É de referir ainda que o inquérito «Revenus Fiscaux» em 2003, do INSEE³, apresenta a seguinte composição da declaração dos rendimentos dos reformados em França (franceses e estrangeiros



1315/7 – famille d'immigrés portugais dans bidonville de la région parisienne – 1964
© Gerald Bloncourt

1298/19 – enfant dans bidonville de Champigny – 1964 – J'accuse!
© Gerald Bloncourt

1112/24 – Immigré portugais à Hendaye – 1965
© Gerald Bloncourt



ros), antes do pagamento do imposto: a pensão de velhice representa 79% (1% no caso dos activos), o vencimento de actividade profissional 12% (91% para os activos), o rendimento de bens patrimoniais 7% (3% para os activos) e as outras prestações sociais 2% (5% para os activos). É, por conseguinte, das reformas que provém a maior fatia dos rendimentos dos idosos reformados, cerca dos quatro quintos.

A modicidade das reformas dos portugueses e as diferenças verificadas resultam de factores diversos, os principais sendo os seguintes:

- Muitas carreiras são incompletas pelo facto de terem começado a cotizar em França já tardiamente e de terem trabalhado em Portugal sem ter havido declaração à segurança social.
- Sobretudo nos primeiros anos de actividade após a chegada a França, os portugueses tiveram múltiplos e sucessivos patrões, por vezes em actividades dependentes de regimes de Segurança Social diferentes, frequentemente durante períodos relativamente curtos, o que facilitava o não pagamento das cotizações nessa ocasião e agora dificulta a reconstituição da carreira contributiva e origina perda de direitos.
- Muitos patrões não fizeram a declaração à Segurança Social logo no início da actividade, apenas declararam parte dos vencimentos auferidos, não pagaram as contribuições durante períodos mais ou menos longos (apesar de descontar ao trabalhador a parte que lhe incumbia). Ora, como muitos dos interessados

não receberam ou perderam os documentos justificativos da actividade (boletins de salário, certificados de trabalho e mesmo as referências dos próprios patrões), a reconstituição da carreira torna-se complexa e difícil.

As idas frequentes e permanências mais ou menos longas em Portugal.

- A preferência pelo «lucro imediato», procurando trabalho clandestino para que não fossem efectuados os descontos sociais, muito frequente na prestação de serviços a particulares (empregadas domésticas, mulheres de limpeza) mas também noutros sectores de actividade como a construção civil, a restauração/hotelaria e a agricultura.

Estas situações eram bastante frequentes nos anos sessenta e setenta. Aliás, nessa época, certos órgãos de comunicação, alertaram para as consequências de tal procedimento, com particular relevo para o jornal Presença Portuguesa. Mas, nessa época, as pessoas eram jovens e robustas, em plena força e pujança. A reforma aparecia num horizonte longínquo, sem implicação imediata.

Além disso, há beneficiários que ignoram ou têm dúvidas quanto aos direitos que adquiriram, particularmente entre aqueles que regressaram a Portugal, no que se refere às prestações de velhice. É o caso com os trabalhadores sazonais, com as pessoas viúvas em relação às pensões de reversão,

sobretudo quando o cônjuge faleceu antes de receber a respectiva reforma e àqueles que trabalharam durante pouco tempo em França.

Por outro lado, quando se cotizou em França e em Portugal, segundo o artigo 49° do Regulamento 1408/71, de 14.06.1971, porque a idade legal da reforma é aos 65 anos em Portugal e aos 60 em França, pode-se pedir a reforma do regime francês aos 60 anos, a qual será calculada com minoração nos casos em que não se tenha 40 anos com desconto, todos os regimes confundidos. Todavia, quando for atribuída a reforma portuguesa, deve ser feita a revisão da francesa, ou seja, o montante deve ser calculado em função da taxa plena, dado que o beneficiário tem então 65 ou mais anos. Ora, praticamente, ninguém faz esse pedido e os organismos portugueses competentes, não só não informam os interessados desta possibilidade como, regra geral, quando a questão lhes é posta, respondem que o requerimento apenas pode ser apresentado aos 65 anos. Ignora-se se tal resposta decorre da ignorância da existência de tal possibilidade ou da vontade deliberada de evitar trabalho suplementar. ■

¹ Dados relativos a 15 de Dezembro de 2002, comunicados pela CNAV – Direction des Assurés de l'Étranger

² A. Deloffre. Travaux de l'Observatoire de la Pauvreté 2005/2006. Niveau de vie des ménages de retraités en 2001. DREES

³ Composition du revenu avant impôt des retraités et actifs en 2003. Enquête revenus fiscaux. INSEE, 2003

Quantos anos estiveram na Alemanha?

Isaías: Estivemos emigrados de Junho de 1973 a Outubro de 1978, em Hansberg-Dortmund.

Como é que foram para a Alemanha?

Isaías: Foi através de um amigo que já lá estava. Na altura, as empresas mandavam para os consulados os contratos de trabalho e, de seguida, deslocávamo-nos no país às embaixadas a assiná-los. Eu fui em Junho e a minha esposa foi em Dezembro, no ano de 1973, no último avião antes de fechar a emigração. Foi nesse ano que mais portugueses emigraram para a Alemanha, num total de cerca de 110 mil. Já nasceram lá os nossos dois filhos.

Tiveram muita dificuldade de adaptação?**Como foi a barreira da língua?**

Isaías: Não, não tivemos grandes dificuldades. Em primeiro lugar, porque havia as intérpretes e, depois, porque a intenção nunca foi ficar por muito tempo. As pessoas que queriam fazer lá vida, é que tinham que se preocupar em aprender. Nós apenas aprendemos o suficiente para nos desenrascarmos. As primeiras palavras que decorámos foram “Guten Morgen, Guten Tag, Gute Nacht” (Bom dia, boa tarde, boa noite).



Emília Marques Rodrigues
[58 anos]

Isaías Manteigas Antunes
[59 anos]

“DESENRASCAVA-ME LÁ MELHOR, SEM SABER FALAR, DO QUE CÁ”

Ex-emigrantes da Alemanha e empresários da Restauração em Penha Garcia.

Ainda sabem falar Alemão?

Isaías: Sim, costumamos praticar quando recebemos alemães no Restaurante. Ainda esta semana esteve aqui um casal.

Quais os motivos que os levaram a emigrar?

Isaías: Económicos. Fomos para a Alemanha para ganhar dinheiro.

Se fosse hoje voltavam a tomar a mesma opção de voltar para Portugal?

Emília: Eu ficava lá.

Isaías: Eu sempre quis regressar. Eu optei sempre por educar cá os meus filhos. Assim que chegaram à idade de entrar para a escola, regressámos para Portugal.

No que trabalharam lá?

Isaías: Eu trabalhei numa fábrica de corte de chaparia. Era um trabalho duro e sujo, mas pagavam muito bem.

Emília: E eu numa fábrica de montagem de bicicletas.

Saíram com o intuito de ganhar dinheiro, quando voltaram investiram logo na área da restauração?

Isaías: Quando regressámos, apostámos imediatamente num comércio, um salão de dança, que era o único que estava legalizado nesta região. Na altura, foi um bom investimento. Depois, transformámos o salão em Discoteca/Pub. Hoje, o espaço é uma mercearia, o negócio de um dos meus filhos. Mais tarde, investimos numa sociedade, mas acabei por ficar sozinho aqui com o Restaurante. Entretanto, em 1982, entrei como tesoureiro para a Junta de Freguesia e, desde 1989, que estou à frente da Autarquia como Presidente.

Na Alemanha já colaborava com alguma Associação?

Isaías: Sim. Eu e cinco indivíduos criámos um clube associativo, no qual fui tesoureiro durante quatro anos. Quando vim embora, já tinha mais de 300 sócios e ainda hoje o Clube existe. Tem uma equipa de futebol, um rancho, entre outras valências.

Quando regressaram a Portugal sentiram muitas diferenças?

Emília: Principalmente na saúde, era tudo diferente. O sistema de saúde na Alemanha é muito mais eficaz. Eu desenrascava-me lá melhor sem saber falar, do que cá a saber falar.

Alguma vez se sentiram emigrantes na Alemanha?

Isaías: Não, os alemães eram acolhedores. Fomos muito bem recebidos na Alemanha. Só nos criticavam por trabalharmos muito.

No que trabalhavam antes de irem para a Alemanha?

Emília: Eu trabalhava no campo.

Isaías: Desde os meus 14 anos até ir para a tropa fui contrabandista. Assim que regresssei do serviço militar, passados dois ou três meses emigrei. ■

Lopes Marcelo

PENSAR GLOBAL LOCALMENTE E AGIR

A propósito do tema parceiros e parcerias no desenvolvimento local, surge como primeira preocupação a necessidade de se pensar globalmente para melhor se agir localmente. De facto, sendo indispensável uma actuação em rede em que os actores, os nós dessa mesma rede, têm que estar identificados e inseridos no território e não podem isolar-se e fecharem-se à informação, recusando a análise crítica do mundo que os rodeia. Não se pode cair, e muito menos permanecer e insistir, em atitudes provincianas, em localismos de expressão bairrista doentia e sectária. É da maior importância conhecer a lógica de cada território, saber ler e interpretar a realidade nas suas relações de causa e efeito, para se organizar e concretizar uma intervenção coerente e enraizada. Isto é, importa valorizar os patrimónios e os recursos de cada comunidade, a sua história, o território e as pessoas, ligando as potencialidades às oportunidades de uma sociedade aberta, de um mercado dinâmico e global.

PARCERIAS. A pauta das parcerias sempre teve à escala local uma grande expressão na vivência solidária no mundo rural. Era, em parte, uma forma prática de entreatajuda face à carência de meios, mas também corresponde ao sentimento de partilha bem enraizado na matriz rural. Analisemos alguns exemplos.

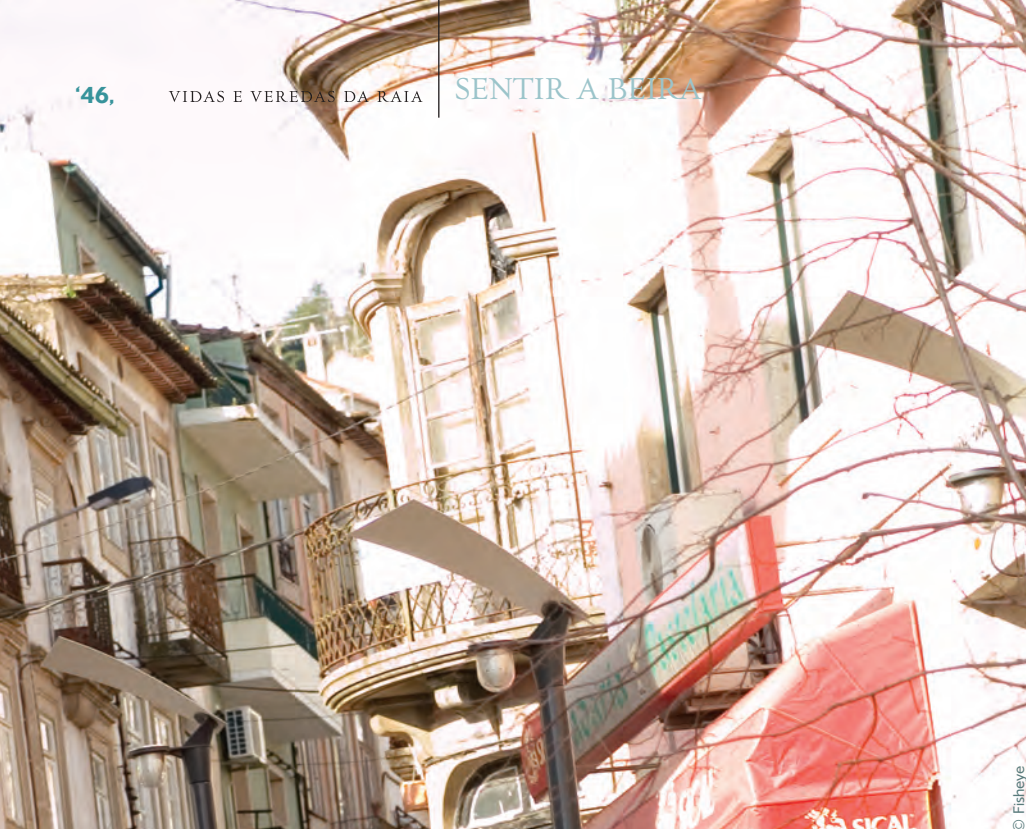
Quando na aldeia se enfrentava a necessidade de se construir uma nova casa, organizava-se um **carreto**. Normalmente, tratava-se de um novo casal e, como o povo diz, “quem casa quer casa”. Os pais do casal lá arranjavam o assento (local para a construção) ou algum palheiro que pudesse ser reconstruído. Arranjada a pedra, cortada e aparelhada na pedreira de algum barrocal próximo, organizava-se o transporte para o local da obra. De forma voluntária e gratuita, participa-

vam todos os ganhões com o seu carro e juntas de bois no acarretar da pedra e colaboravam todos os outros homens no carregar e descarregar.

Durante todo o dia, formava-se uma longa fila de carros de bois e de homens em laborioso carreiro. As mulheres preparavam as refeições, com destaque para a abundante ceia que terminava com arroz doce e papas de carolo, seguindo-se animado baile ao som da concertina.

As **MALHAS** ou debulhas do centeio e do trigo nas eiras constituíam uma tarefa colectiva de vários dias, quer se tratasse da malha normal ao mangual, quer com debulhadora (malhadeira) rodeada das altas medas dos molhos de centeio e trigo. Era um trabalho feito no pino do Verão, em que várias famílias se entreatajudavam de forma gratuita e empenhada.

Outros trabalhos, exemplos de parcerias, poderiam ser referidos, tais como: a transumância dos rebanhos, os ranchos da colheita da azeitona, as descamisas do milho e os fornos comunitários; só para referir os mais significativos. Os tempos mudaram! Com a escassez de mão-de-obra derivada da forte emigração, o trabalho no campo passou a ser mais valorizado e dignificado, sendo pago ao jornal. As grandes tarefas dos ciclos rurais perderam dimensão e expressão colectiva, passando à dimensão familiar e praticamente individual. Contudo, em algumas actividades, ainda perduram relações de parceria e de entreatajuda. Na colheita da azeitona, na vindima e na matança do porco ainda é muito usual o assumir-se: “hoje vens tu trabalhar para mim, amanhã vou eu para ti”. E não tem só uma dimensão económica tal postura, já que corresponde à vertente profunda da solidariedade sempre presente na cultura rural.



© Fisheye

A MUDANÇA. Vivemos tempos de mudança acelerada em que a óptica urbana do marketing e publicidade agressiva puxa pelas pessoas, olhando-as apenas como clientes e consumidores, pintando liberdade de escolhas e promessas atractivas nos folhetos cheios de ofertas de felicidade! Querem fazer ver que as pessoas são autónomas nas escolhas, lançando a ideia de que só não aproveita quem é parvo! As novidades, os produtos e aparelhos mais eficazes, mais cómodos e mais facilitadores da vida entram-nos pelos olhos dentro todos os dias. Se não consumir não está vivo! Se consumir desta ou daquela marca, então viverá melhor! Não seja estúpido, o dinheiro está aí à mão de agarrar: cartões de crédito, compre agora pague para o ano, ofertas de crédito fácil por escrito, por telefonemas para a casa das pessoas a insistirem, a falarem em prémios! E quem não gosta de se sentir um ganhador?! É uma loucura organizada! É uma sinfonia de consumo, de curto prazo, com os maestros que não mostram a cara, mas nos envolvem com a sua música matreira elegendo o que é secundário e até desperdício à categoria de consumo habitual para as pessoas se sentirem vivas e realizadas... marcas brancas, cada vez mais produtos brancos mais baratos!

Então, para se produzirem os produtos, não é preciso um território, recursos naturais, árvores e animais? Não são precisas pessoas que tratem dos animais, árvores, das culturas? Que importância se dá a tais banalidades na vertigem do comprar, do comprar mais barato, na avidez de parecermos

mais espertos e mais felizes! Não basta parecê-lo? Da teia dos produtos brancos escorre, qual mancha de óleo espalhando-se e interiorizando-se, a noção de MEMÓRIA BRANCA. De onde vêm os produtos, que tempo foi preciso para a sua maturação (produtos alimentares)? Que tecnologia de produção foi empregue? Que saberes e sabores estão em causa? Não interessa... mas não há memória branca, mas antes a anulação da memória e da consciência, a rasoura das identidades dos territórios produtivos, a ruptura com a memória do património familiar e da comunidade, o individualismo, a ilusão de que tudo é possível e tudo é permitido. De que vale tudo, pois desde pequenos se dá tudo às crianças, habituando-as a tudo e cada vez mais depressa...

NOVAS PARCERIAS. O disco de tal música encantatória do consumo está rachado! Não se irá partir definitivamente, mas, com a actual crise, há condições para se parar, pensar e ter os pés bem assentes na terra, ou seja, na economia produtiva, no território e nas pessoas. É necessária uma estratégia realista de médio e longo prazo mais solidária e auto-sustentada que aponta para novas parcerias.

Desde logo a ESCOLA, como parceria de laços e valores, inserida no território e nas comunidades. Escola aberta à comunidade local e ao património cultural e à memória das nossas terras. Escola que se articule com o território envolvente, abrindo-se a parcerias e a projectos comuns com outras entidades locais, de modo a que os jovens se

formem num processo activo de cidadania. Desde logo, identificando e estudando a herança do património de modo a alertar para os riscos da destruição da memória, dos saberes e dos sabores. Assumir, participar e divulgar o património cultural, promovendo a tomada de consciência pública dos valores, tradições e produtos genuínos que são memórias vivas e a base da tão necessária auto-estima das pessoas.

O apoio ao EMPREENDEDORISMO exige uma parceria activa entre as entidades que actuam e vivem do território. As autarquias, as associações, colectividades e cooperativas têm que constituir uma rede enraizada no território, não se fechando sobre si próprias e com objectivos desfasados e egoístas. Reagir construtivamente à fragilidade económica, à desertificação e ao envelhecimento das nossas terras, implica um PACTO CULTURAL E DE DESENVOLVIMENTO com objectivos quantificados e metas calendarizadas. Só assim poderá haver debate e avaliação de modo a surgirem novas propostas e projectos. Como instrumento de ordenamento do território, sua divulgação e valorização, é da maior urgência o MARKETING TERRITORIAL, que exige uma parceria estratégica na vertente da divulgação, promoção e comercialização. Parcerias, desde logo para a definição de marcas para os produtos genuínos, que afirmem e garantam a identidade, a ligação autêntica aos territórios de origem, aos saberes e sabores que são expressão de toda uma memória que é fundamental partilhar e transmitir. Quanto mais for partilhada, mais renovada será. ■

TERTÚLIAS
DO PÓLO RAIANO
DE PENAMACOR

GRUPO FAZ DONATIVO AO BANCO DE EQUIPAMENTOS EM DIA DE ANIVERSÁRIO



© Sandra Vicente

Na data de comemoração do seu 5º aniversário, a 23 de Novembro de 2008, o Grupo das Tertúlias do Pólo Raiano da ADRACES mostrou toda a sua dinâmica de acção e sentido de missão no desenvolvimento de voluntariado para o apoio de pessoas carenciadas. A pequena festa decorreu no Lar D. Bárbara Tavares da Silva e culminou com a dádiva de material ortopédico diverso (andadores, muletas, carneira e bengalas) para o Banco de Equipamentos existente naquela Instituição. Esta foi uma acção já planeada pelo Grupo há algum tempo, resultante das verbas conseguidas sobretudo nas últimas edições do Bazar do Fundo do Baú.

Além de 18 elementos do Grupo, estiveram ainda presentes na efeméride o Director Executivo da ADRACES, António Realinho, o presidente da Direcção do Lar, Domingos Torrão, o responsável pela administração, Nuno Lucas, os utentes e todas as colaboradoras que se encontravam no momento na Instituição.

Após a cerimónia simbólica da entrega dos equipamentos, cantaram-se os parabéns e, em harmonioso convívio, partiu-se o bolo de aniversário. Consistiu numa cerimónia simples, mas bem demonstradora da vivacidade colectiva do Grupo das Tertúlias, que mantém o voluntariado como um dos seus principais objectivos. ■



© Sandra Vicente

ASSOCIATIVISMO/ CLIENTELISMO

Eduardo Pereira Marques

.../Alguém com quem um dia falava, me dizia que o problema está na cultura local que eu defendia, pelo que se tinha era de defender o centralismo. Ora parece-me uma má percepção. Acontece é que é na vida local que esse falso associativismo, também dito clientelista, ganha mais visibilidade e penetração no tecido social de forma generalizada, mas é justamente por isso que é aí que tem de ser combatido. Ao defender a intervenção local, não é por apoiar todas as manifestações da cultura de bairro, mas pelo contrário por entender que é aí que o investimento de mudança é mais produtivo./... ■

BOCAGE E O LADRÃO DOS PATOS

Conta-se que Bocage (o Manuel Maria Barbosa du), ao chegar a casa um certo dia, ouviu um barulho estranho vindo do quintal.

Chegando lá, constatou que um ladrão tentava levar os seus patos de criação.

Aproximou-se vagarosamente do indivíduo e, surpreendendo-o ao tentar pular o muro do quintal com os seus amados patos, disse-lhe: *“Oh, bucéfalo anácrono! Não te interpele pelo valor intrínseco dos bípedes palmípedes, mas sim pelo acto vil e sorrateiro de profanares o recôndito da minha habitação, levando meus ovíparos à sorrelha e à socapa. Se fazes isso por necessidade, transijo... mas se é para zombares da minha elevada prosopopeia de cidadão digno e honrado, dar-te-ei com a minha bengala fósforica bem no alto da tua sinagoga, e o farei com tal ímpeto que te reduziarei à quinquagésima potência que o vulgo denomina nada.”*

E o ladrão, confuso, diz: *“Doutor, afinal levo ou deixo os patos?”* ■



**Do outro lado do Rio Erges,
frente a Segura,
numa Aldeia pequena no tamanho
mas enorme em simpatia,
vive uma senhora, de seu nome
Maria Antónia Fernández Hernández,
asturiana de origem em Gijón,
cuja doçura e meiga beleza
nos faz lembrar aquela canção
onde o poeta diz:
- vai formosa mas não segura...**

Dona Maria Antónia, Alcaldesa de Piedras Albas, já viveu em grandes cidades como Burgos, há quinze anos que reside em *Piedras Albas* e uma das razões porque gosta de ali viver é a de poder dizer a todos os seus amigos que vai a Portugal a pé.

Gosta de vir até nós caminhando. - “Sabe... em cada lugar onde nos é dado viver, existem coisas boas, pedras e histórias prontas e dispostas a enriquecer-nos a vida, desde que as saibamos procurar e compreender”.

Mulher de dádivas e de causas solidárias, formadora voluntária ao serviço da Cruz Vermelha, apreciadora entusiasta dos seus contactos com Portugal, vai-nos dizendo:

- “A ideia que tínhamos, e que por vezes ainda subsiste, era que Portugal andava um bocadinho mais atrás, mas tenho verificado que isso já não corresponde à realidade. Eu apenas noto duas grandes diferenças. A primeira é que nós levamos uma vida mais agitada, a vossa maneira de viver é mais calma, mais sossegada, à meia-noite já não há ninguém nas ruas. Além disso, também me parece que, em Portugal, as mulheres fazem trabalhos mais violentos do que em Espanha; não sei se será mesmo assim, ou simples impressão minha.

Por cá, também temos algumas dificuldades. A questão dos transportes e das condições de deslocação é uma delas, mas vamos resolvendo. Gostava de recuperar o velho caminho tradicional até Segura, é um lindo passeio que sempre gostei de fazer. O Erges é a nossa praia.

[PEDRAS BRANCAS]
**PEDRAS
QUENTES DE
SIMPATIA**



Obrigado por terem vindo, a nossa Aldeia é pequenina, mas sempre foi lugar de acolhimento para quem vem do outro lado. Estamos a ensinar português nas nossas escolas para melhor nos entendermos”.

Obrigado D. Antónia pela lição de bem receber que nos deu. Obrigado pela simplicidade e autenticidade dos seus gestos e palavras, bem representativos da serenidade da cultura rural tal como a concebemos e defendemos. ■

CM

UMAS PEQUENAS OUTRAS GRANDES UMAS SÉRIAS OUTRAS A BRINCAR

Abel Cuncas

«A sorrir, mata-se o medo...
Sem medo...
A LIBERDADE é possível...»
Umberto Eco

À pedrada... que é a arma dos pobres.

**Água mole deslizando sobre
pedra dura, desgasta mas não fura.**

Pedra a pedra se fazem os caminhos que separam as águas?

À pedrada, só se partem cabeças, ou também lá se introduzem ideias?

O tamanho das pedras será importante? Devemos utilizá-las pequeninas ou grandes?

O apedrejador deve respeitar o tal princípio - *de cada um segundo a sua capacidade e a cada um segundo a sua necessidade* - ou deve deixar essa questão ao acaso do que se tiver mais à mão?

As palavras podem ser soltas como pedras, e as frases compostas como pedradas, ou será preciso dar-lhes ritmo e melodia, para que a cantiga seja uma arma?

Os *pedrados* são aqueles que por terem levado com muita pedrada já não reagem, ou também aqueles que se servem das pedras para disfarçar as pobres sopas que nos fazem engolir?

Nestas nossas *intifadas* dos socialmente excluídos também há neutrais. São aqueles que, por terem telhados de vidro fininho, fazem questão de ser sempre politicamente correctos. Também há os tímidos - os que atiram a pedra e escondem a mão.

Como nas verdadeiras *intifadas*, os Homens, Mulheres e Instituições públicas e privadas que por cá se empenham no Desenvolvimento Local (rural, urbano, comunitário, integrado, participado, democrático, sustentável, etc. e tal), também se podem distinguir entre neutrais, tímidos, pedrados e apedrejadores.

Cá o Abel, como vocês já sabem, por simples precaução, acha útil trazer sempre na bolsa umas quantas cunquinhas prontas a atirar nos charquinhos sociopolíticos com que se depara, seja para balizar caminhos, abrir cabeças ou fazer ondas por pequeninas que sejam, quanto mais não seja para oxigenar as águas.



Por hoje... descarrego apenas umas quantas cuncas
rolícias e de pesos razoáveis, sobre as cabeças

dos tais tímidos e neutrais,

que só atrapalham, porque, dizendo-se parceiros, não passam de sujeitos passivos, dos tais que só empatam
os actos fecundadores das nossas mais produtivas acções.

NESTA EDIÇÃO DESTACA-SE:

GRANDE TEMA 09

PARCEIROS E PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA BIS

"Uma das grandes dificuldades para o correcto funcionamento de uma parceria, talvez mesmo a maior, a necessitar de contínuo trabalho e grande experiência, é a de transformar as naturais e legítimas contradições de interesses em contradições de dinâmica positiva e convergente".

AO SABOR DA PENA 34

COOPERAR PARA DESENVOLVER

"A verdadeira grande ilusão é continuar a perspectivar as estratégias de inserção na economia-mundo como se tudo se resumisse ao velho chavão de que o segredo é a alma do negócio! Se os agentes mal se dão a conhecer, como podem criar laços de confiança que são o fermento de qualquer projecto de cooperação?" Domingos Santos

SENTIR A BEIRA 45

PENSAR GLOBAL E AGIR LOCALMENTE

"O apoio ao empreendedorismo exige uma parceria activa entre as entidades que actuam e vivem do território. As autarquias, as associações, colectividades e cooperativas têm que constituir uma rede enraizada no território, não se fechando sobre si próprias e com objectivos desfasados e egoístas. Reagir construtivamente à fragilidade económica, à desertificação e ao envelhecimento das nossas terras, implica um Pacto cultural e de desenvolvimento com objectivos quantificados e metas calendarizadas" Lopes Marcelo